



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
LUCAS PEREIRA DAMAZIO

**O PANELAÇO COMO RESISTÊNCIA AO POLÍTICO NO BRASIL:
DISCURSO E MEMÓRIA**

Tubarão
2016

LUCAS PEREIRA DAMAZIO

**O PANELAÇO COMO RESISTÊNCIA AO POLÍTICO NO BRASIL:
DISCURSO E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Prof. Dr. Andréia da Silva Daltoé

Tubarão

2016

D16 Damazio, Lucas Pereira, 1988-
O painelço como resistência ao político no Brasil : discurso e memória / Lucas Pereira Damazio; -- 2016.
96 f.il. ; 30 cm

Orientadora : Andréia da Silva Daltoé.
Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.
Inclui bibliografias.

1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. Memória.
4. Resistência ao governo. I. Daltoé, Andréia da Silva. II. Universidade do Sul de Santa Catarina – Mestrado em Ciências da Linguagem. III. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

LUCAS PEREIRA DAMAZIO

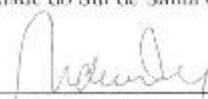
O PANELAÇO COMO RESISTÊNCIA AO POLÍTICO NO BRASIL:
DISCURSO E MEMÓRIA

Esta dissertação foi julgada adequada a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

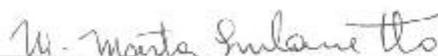
Tubarão, 22 de julho de 2016.



Professora e orientadora Andréia da Silva Daltoé, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Freda Indursky, Doutora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Professora Maria Marta Furlanetto, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Silvana Siebert, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este estudo a todos os brasileiros que ainda acreditam na ética, no respeito e, sobretudo, no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, aos meus familiares, aos meus amigos, aos meus colegas, à minha namorada, à professora Freda, à professora Maria Marta, à professora Cristiane e, especialmente, à professora Andréia da Silva Daltoé pelo apoio, paciência e amizade.

Eu protesto¹

(Charlie Brown Jr.)

Quase todo aquele luxo te deixou confuso
E aquela vida fútil comprou mais um inútil
Foi você quem colocou eles lá, mas
Eles não estão fazendo nada por vocês
Enquanto o povo vai vivendo de migalhas
Eles inventam outro imposto pra vocês

Aquela creche que deixaram de ajudar tá por um fio
E a ganância está matando a geração 2000
E a sua tolerância está maior do que nunca agora

Dormem... Sossegados caras do Senado
Dormem... Sossegados que fizeram este estrago
Dormem... Sossegados caras do Senado
Dormem... Sossegados que pintaram este quadro

Só você vai saber lidar com o mal que há em você
E o bem que há em você
Toda a miséria te gera insegurança
Imposta a você... Que oprime você

Deixe de ser covarde, homem
Deixe de ser covarde
Deixe de ser covarde, homem
Seja homem de verdade...

¹ Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/charlie-brown-jr/64459/> > Acesso em: 14 out. 2015.

RESUMO

Neste estudo, a partir dos princípios e procedimentos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, propomo-nos a investigar o funcionamento discursivo do panelaço ocorrido no dia 8 de março de 2015, no Brasil. A pesquisa tem o objetivo de analisar de que modo essa manifestação se constitui discursivamente em nosso país e, para isso, levamos em consideração que ela mantém relações discursivas com outros movimentos históricos, principalmente sucedidos no Chile e na Argentina, uma vez que todo discurso é marcado ideologicamente por outros. Por isso, inicialmente, em nosso percurso metodológico, fizemos um estudo histórico para identificar as relações de similitude entre esses dizeres, as paráfrases discursivas que se mantêm na base do dizível. Em seguida, procuramos identificar os pontos de afastamento, de deslocamento e de rompimento que existiram entre os panelaços, um modo de compreender os processos polissêmicos que se instauraram e os sentidos sobre o panelaço que foram reconfigurados no Brasil. Para tanto, buscamos compreender o funcionamento do barulho como uma materialidade do discurso político, o que fizemos marcando a diferença entre essa concepção para os estudos das Teorias da Comunicação e os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa. Com essa relação, pudemos constatar que não se tratava apenas de um ruído, como apontam alguns teóricos do campo das Teorias da Comunicação, mas de um discurso de resistência que colocou em jogo as relações de poder que permeiam a política brasileira. Conseguimos compreender, portanto, que essa materialidade discursiva funcionou como uma forma de resistência do povo. Este que procurou lutar, protestar e reivindicar por direitos, ao mesmo tempo que tentou silenciar e apagar os dizeres da presidenta Dilma Rousseff, como forma de refutação e, sobretudo, de conquista de poder.

Palavras-chave: Panelaço. Discurso Político. Memória. Resistência.

ABSTRACT

From the French Discourse Analysis' principles and its theoretical procedures, we have proposed to investigate the discursive functioning of the *panelaço*, occurred on March 8, 2015, Brazil. The research objectifies to analyze how the manifestation is constituted discursively into our country. For this purpose, we take into consideration that it establishes discursive relations with other historical movements, mainly the ones installed on Chile and Argentina – since other discourses mark ideologically every single discourse. Therefore, initially, as method, we did a historical study to identify relations of likenesses between these sayings, the discursive paraphrases that maintain in bases of the utterable. Then, we seek to identify the points of distances, displacements, and ruptures that existed among the *panelaços*, a way to comprehend the polissemic processes that were established, and the reconfigured senses about the *panelaço* in Brazil. In order to do so, we sought to comprise the noise functioning as a materiality of the political discourse, marking the difference between this concept for the studies of the Theories of Communication, and theoretical presuppositions of the French Discourse Analysis. With this relation, we could determine this kind of materiality was not only a noise, as point out some theorists of the field in the Theories of Communication, but a discourse of resistance that put at stake the power relations that traverse the Brazilian politics. We comprehended wherefore that this discursive materiality worked as a form of resistance; this who sought to fight, protest, and reclaim rights, simultaneously tried to silence, obliterate the sayings of the President Dilma Rousseff, as a form of refutation and mostly, empowerment.

Keywords: Panelaço. Political Discourse. Memory. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do Jornal El Mercurio do dia 1º de dezembro de 1971	34
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PANELAÇO.....	21
3	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE PANELAÇOS HISTÓRICOS.....	32
4	O PANELAÇO E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO.....	39
5	DISCURSO OU RUÍDO? UMA QUESTÃO PARA ANALISAR.....	49
6	OS PANELAÇOS NA AMERICA LATINA E A MEMÓRIA DISCURSIVA.....	53
6.1	O MOVIMENTO DAS PANELAS VAZIAS: UM EFEITO INAUGURAL.....	56
6.2	A PARÁFRASE E OS OUTROS SENTIDOS DO PANELAÇO NA ARGENTINA ...	62
6.3	A PARÁFRASE E OS OUTROS SENTIDOS DO PANELAÇO NO BRASIL.....	65
6.4	O PANELAÇO COMO <i>DESENTENDIMENTO</i>	72
7	AS FORMAS DE RESISTÊNCIA NO EPISÓDIO DO PANELAÇO.....	78
8	PANELAÇO: UM BARULHO QUE NÃO PARA DE ECOAR.....	86
	REFERÊNCIAS.....	88
	ANEXOS.....	95
	ANEXO A – PRONUNCIAMENTO OFICIAL DE DILMA ROUSSEFF.....	96

1 INTRODUÇÃO

No dia 8 de março de 2015, alguns minutos após o pronunciamento oficial da Presidenta da República em homenagem às mulheres brasileiras, uma matéria foi veiculada pelo G1, um dos maiores portais de notícias do Brasil, com a seguinte manchete²: “Pessoas protestam durante pronunciamento de Dilma”. O conteúdo mencionava que a maioria dos protestantes, diferentemente do que ocorrera em outros momentos históricos do Brasil, não se manifestava apenas com palavras, berros ou gritos de guerra, mas por meio do barulho provocado pelos sons de batidas de panelas.

Essa matéria nos despertou interesse por uma razão específica. Não se tratava de uma manifestação tradicional com uso de faixas, de placas, de cartazes, de rostos pintados ou de megafones, comumente noticiadas, nos últimos tempos, pelos veículos de comunicação. Em vez disso, trazia outro procedimento: o panelaço. Trata-se, portanto, de uma forma de protesto não tão corriqueira no Brasil, mas que, aparentemente, resgata a memória de outras manifestações com esse formato, sobretudo em países vizinhos da América Latina.

Sobre esse panelaço, o G1³, portal de notícia da Rede Globo, afirmou que: “Gritos, vaias, panelas batendo e buzinas foram ouvidas em algumas cidades do país na noite de domingo (8) durante o discurso da presidente Dilma Rousseff em rede nacional de televisão”. Pelos vídeos publicados conjuntamente com a matéria, observamos também que os manifestantes vinham de bairros nobres de São Paulo e de outras capitais brasileiras. As pessoas batiam panelas e faziam barulho em suas sacadas como forma de protesto contra o pronunciamento da Presidenta Dilma e/ou como modo de impedir que suas palavras fossem ouvidas.

Segundo o Jornal Estado de S. Paulo⁴, a preparação para a manifestação ocorreu via celular e, sobretudo, pelas redes sociais, locais em que os grupos Vem Pra Rua e Revoltados Online realizaram chamadas para o panelaço do dia 8 de março de 2015. Ainda conforme o Jornal Estado de S. Paulo, em São Paulo, cidade com maior foco da manifestação, “xingamentos se misturavam com panelaços em bairros como Higienópolis, Perdizes, Aclimação, Ipiranga, Lapa, Moema, Vila Mariana, Mooca e Santana”.

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>>. Acesso em 26 out. 2015.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>>. Acesso em 26 out. 2015

⁴ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,panelaco-e-gritos-de-fora-dilma-durante-fala-da-presidente-na-tv-veja-ideos,1646870>> Acesso em 26 out. 2015

Essas manifestações ocorreram, como destacaram os principais veículos de comunicação do Brasil, devido às dificuldades econômicas e políticas que atravessava o Brasil. Isso porque, na época, foram delatados inúmeros escândalos de corrupção na Petrobras, envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores e sua base aliada. O pronunciamento da presidenta Dilma aconteceu, portanto, logo após a divulgação da lista de políticos que seriam investigados na operação Lava-jato que, segundo a revista *Carta Capital*⁵:

[...] inclui o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), além dos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG), Fernando Collor (PTB-AL), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR). Também serão investigados os ex-ministros Edison Lobão (PMDB-MA) e Antonio Palocci (PT-SP), entre outros.

Dilma Rousseff, diante dessa situação, mesmo assim realizou o tradicional pronunciamento do dia internacional da mulher⁶ e não omitiu que o país passava por uma situação difícil. Por isso, pediu apoio aos brasileiros para que acreditassem no país e nas medidas do governo. Em seu pronunciamento, mencionou que o governo absorveu, até o ano de 2014, todos os efeitos negativos da crise, mas que precisava dividir parte desse empenho com todos os setores da sociedade. No entanto, a presidenta não entrou em detalhes sobre os escândalos de corrupção na Petrobrás, apenas citou brevemente que ela apoiava as investigações realizadas pela Operação Lava-jato. Por fim, Rousseff encerrou o pronunciamento dizendo que o Brasil é maior do que esses problemas e que já mostrou ao mundo, em diversas situações, como superar crises.

Esse episódio de pannelaço, como foi nomeado pelo Portal de Notícias G1 e por outros veículos de comunicação, motivou-nos a refletir sobre os possíveis efeitos de sentido desse modo de manifestação. Para tanto, estabelecemos, neste estudo, a seguinte problemática: o pannelaço estabelece relação com os sentidos já constituídos historicamente em outras situações de manifestação, como as que aconteceram contra o presidente Salvador Allende, no Chile, em 1º de dezembro de 1970, e contra a presidenta Cristina Elisabet Fernández de Kirchner, na Argentina, em 8 de novembro de 2012? No caso do Brasil, o barulho indicaria uma relação de forças entre frentes políticas opostas em nosso país? Estas

⁵ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/lava-jato-os-politicos-investigados-1275.html>>. Acesso em: 26 out. de 2015.

⁶ Anexo A: Pronunciamento Oficial de Dilma Rousseff.

relações de memória possibilitam pensar o painel como um discurso de resistência? O que configuraria essa materialidade como um discurso de resistência?

Para responder a essas questões teóricas, partimos do pressuposto de que deveríamos pensar no painel para além de um barulho que apenas perturbou determinadas zonas de cidades brasileiras. Por decorrência, levantamos a hipótese de que poderia representar uma nova materialidade do discurso político. Essas premissas também serão referências para responder às questões levantadas anteriormente. Para tanto, articulamos isso com os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa, uma vez que essa teoria permite compreender a linguagem não somente como estrutura linguística, mas como discurso, isto é, uma prática da linguagem que envolve o sujeito e a exterioridade. Segundo Orlandi (2005, p. 15):

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessam. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correpor, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Os estudos da Análise do Discurso permitem, assim, pensar não exclusivamente o verbal (o linguístico), mas a linguagem em sua complexidade e em sua multiplicidade, isto é, aceitam a existência de diferentes formas materiais de linguagens. Em AD, não são apenas as formas abstratas e sistemáticas da língua que são relevantes, mas, acima de tudo, as formas materiais de linguagem, que envolvem as relações sociais, políticas e históricas do sujeito. Ou seja, consideram-se as práticas concretas e os processos de significação em relação com a ideologia, uma vez que, conforme Pêcheux (2014, p 171), a “ideologia é a exterioridade”.

Subsidiados por essa teoria, vamos discorrer sobre os processos de significação desse painel. Além disso, nossa proposta é abordar seus efeitos de sentido e a relação com outros painéis. Para isso, a noção de memória assume um importante papel neste trabalho, definida, por Pêcheux (2014, p.154), como aquilo “que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’”. Para Orlandi (2005), nessa abordagem peuchetiana, a memória discursiva é:

[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base dizível, sustentando cada tomada da palavra. (2005, p. 31)

Em sua obra *Análise do Discurso: Princípios & Procedimentos*, Orlandi (2009 p. 31) trata a memória como o interdiscurso, aquilo que fornece e possibilita os dizeres de que o sujeito precisa para significar em determinada situação discursiva. De acordo com a autora, é nele que está o conjunto de formulações discursivas (já dito) que determina o dizer do sujeito. A memória discursiva é a base do dizer. Ou seja, o interdiscurso é algo que fala antes (os pré-construídos, os sempre-já-ai), um espaço onde estão os sentidos já ditos por algum sujeito, em outros lugares e em outros momentos históricos.

No presente estudo, portanto, apoiamo-nos no conceito de Orlandi (2005, p. 39) de que o interdiscurso permite remeter o “dizer a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos”. Com essa base, investigamos o episódio do panelaço, uma vez que consideramos que todos os discursos têm uma relação com outros discursos e que este processo, ao mesmo tempo em que guarda sentidos do já-dito, também possibilita a sua movência.

Para isso, selecionamos dois episódios de panelaço ocorridos na América do Sul, a fim de compreender as relações discursivas que existem entre esses movimentos e a manifestação do dia 8 de março de 2015. Dentre os episódios escolhidos, estão:

- a) “*El Cacerolazo*”, movimento ocorrido em 1971, no Chile, liderado pela fazendeira Carmen Saenz Terpelle, hoje com 89 anos de idade. Trata-se da Marcha das Panelas Vazias, o primeiro panelaço noticiado na história, como aponta o Jornal Estado de S. Paulo⁷, e que representava a insatisfação com o governo, que deixou grande parte da população chilena sem comida no prato. Foi a forma encontrada pelo grupo Poder Feminino de protestar contra a política socialista do Presidente Salvador Allende. Com panelas, inúmeras mulheres foram às ruas de Santiago e desencadearam uma sucessão de manifestações.

⁷ Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/frigideira-power-chilenos-criaram-o-panelaco-e-os-argentinos-o-tornaram-mundialmente-famoso/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

- b) “*Movimento 8N*”, denominada dessa forma por ter ocorrido no dia 8 de novembro de 2012, na Argentina. Essa manifestação, segundo matéria publicada no Estadão⁸, foi realizada por milhares de pessoas em várias cidades na Argentina e por grupos políticos no exterior. Segundo o Estadão, foram registradas manifestações políticas com esse formato barulhento em diversas localidades da Argentina e fora do país. Na época, o alvo da manifestação era a ex-presidenta Cristina Kirchner, muito criticada pelas medidas políticas que adotava em seu governo.

Embora produzidos em outras condições históricas, tais materialidades discursivas apresentam semelhanças com o episódio do panelaço no Brasil, o que nos instigou a investigar de que forma essas manifestações se relacionam e a identificar alguns já-ditos, assim como outros sentidos que foram movimentados. Para tanto, apoiamos-nos na perspectiva de Orlandi (2005), ao estabelecer que o funcionamento do discurso acontece de duas formas: a) pela paráfrase, quando o sujeito retorna aos mesmos espaços do dizer; b) ou pela polissemia, quando há rupturas nos processos de significação e acontecem os deslocamentos.

Cientes dessa possibilidade discursiva de o panelaço estabelecer relações de dependência com outras manifestações da América Latina e, a partir dessas relações, produzir também deslocamentos, é que determinamos as categorias de análise desta pesquisa:

- a) O barulho, como um mecanismo discursivo de resistência em momentos de crises econômicas, seja como um alerta de insatisfação com o governo ou uma forma de “ensurdecer” o governo e seus apoiadores.
- b) A resistência, um jogo de relação de forças em que um lado luta por fazer valer suas ideias mais que o outro.
- c) A paráfrase como um mecanismo de retomado, um espaço para o retorno aos outros panelaços históricos da América Latina.
- d) A polissemia como um processo de deslocamento, uma possibilidade de instaurar o novo, o outro, o diferente.

⁸ Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/frigideira-power-chilenos-criaram-o-panelaco-e-os-argentinos-o-tornaram-mundialmente-famoso/>> Acesso em: 26 out. de 2015.

A partir dessas relações com a memória discursiva, começamos uma reflexão sobre a forma como foi produzido o painel, em quais condições de produção, quais as relações com a exterioridade e com a memória e como esses sentidos migraram e ganharam outros sentidos.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste estudo é investigar de que modo o painel se constitui como um discurso de resistência e se este funcionamento pode ter relação de paráfrase ou de polissemia com os episódios do Chile e da Argentina.

Também estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os episódios de painel no Chile e Argentina, com foco nas possíveis relações com o painel no Brasil;
- b) Identificar, discursivamente, as formas de resistência adotadas pelos sujeitos envolvidos no painel;
- c) Compreender esses processos discursivos de resistência, bem como seus efeitos de sentido.

Para realizar tal percurso investigativo – que envolve aproximação histórica entre os painéis do Brasil, Chile e Argentina – encontramos como dificuldade a materialização do barulho no plano linguístico. Por isso, voltamos aos efeitos de sentido produzidos, ou seja, aos discursos que remetem ao referido protesto e foram reproduzidos nos principais veículos de comunicação e nas redes sociais.

Para isso, elegemos como *corpus* de análise um conjunto de sequências discursivas de depoimentos de manifestantes dos três países da América Latina: sobretudo, os depoimentos de *Carmen Saenz Terpelle*, líder do primeiro painel documentado na história, ocorrido no Chile, reportado em entrevista ao *Jornal Estadão*, no dia 29 de março de 2015; o depoimento de uma engenheira de 37 anos, moradora de Belgrano, bairro nobre da Argentina, onde ocorreu, em 2012, um painel contra a presidenta *Cristina Kirchner*; e o relato de *Simone Nunes*, 46 anos, Corretora de Imóveis, manifestante do painel no Brasil, moradora do bairro nobre Águas Claras, em Brasília. Além disso, elencamos outros depoimentos que se fizeram necessários no decorrer da pesquisa para o seu embasamento. Desse modo, a coleta dos depoimentos foi composta da seguinte maneira:

- 1) Inicialmente, selecionamos o depoimento de Carmen Saenz Terpelle, reportado em entrevista ao Jornal Estadão, no dia 29 de março de 2015, pois se trata do relato da líder do primeiro painel documentado na história, chamado pela mídia da época de “Marcha das Panelas Vazias”, ocorrido no ano de 1971, em Santiago, capital do Chile.
- 2) Na sequência, em uma matéria publicada pelo Jornal da BBC, no dia 9 de novembro de 2012, recolhemos os depoimentos de argentinos que participaram do 8N, um painel realizado no ano de 2012 contra a presidenta Cristina Kirchner.
- 3) Por último, selecionamos alguns depoimentos de moradores de Águas Claras, bairro nobre de Brasília, onde houve forte manifestação no dia internacional da mulher contra a presidenta Dilma Rousseff. Tais depoimentos foram publicados pelo Jornal Correio Brasiliense e divulgados em seu portal *online* um dia após as manifestações.

Justificamos a escolha de tais sequências discursivas pelo pressuposto de que pode haver uma relação de sentidos entre os manifestantes da Argentina e do Chile com os sujeitos do movimento em referência ao Brasil. Como afirma Orlandi (2001), os sentidos já ditos podem ser convocados para serem ressignificados e continuarem em movimento, ou seja, pode haver um retorno aos mesmos espaços do dizer para uma nova significação no episódio de painel no Brasil.

Após a delimitação das sequências discursivas, analisamos as condições em que foram produzidos os depoimentos dos manifestantes, levando em conta “os planos histórico, psicossociológico e linguístico” (COURTINE, 2009, p. 51) no qual estavam inseridos os sujeitos que produziram as manifestações barulhentas em sua época. Essa tarefa incidiu no levantamento de dados históricos sobre esses três episódios de painel na América do Sul, bem como na observação das questões políticas e sociais em pauta nos respectivos períodos. Para isso, foi necessário resgatar alguns livros, matérias jornalísticas e documentos históricos sobre essas manifestações.

Além disso, para realizar este estudo referente ao painel ocorrido no dia 8 de março de 2015, foi necessário compreender o conceito de barulho nos estudos sobre linguagem e sobre comunicação. Por isso, foi fundamental a leitura das abordagens teóricas

da Análise do Discurso, proposta por Pêcheux (2014), Orlandi (2005) e Courtine (2009), como também dos elementos que integram a Teoria da Comunicação, a partir dos estudos de Jakobson (2001). Por meio dessas leituras, investigamos o modo que as duas correntes teóricas compreendem nosso objeto de análise, a fim de formular um conceito que nos possibilitasse responder às questões de nosso estudo.

Dessa forma, esta pesquisa seguiu os seguintes procedimentos metodológicos: iniciamos com uma leitura da bibliografia da Análise do Discurso e do modelo de Comunicação proposto por Jakobson (2001) a fim de investigar as questões relacionadas ao barulho do painel; em seguida, realizamos a seleção do *corpus* de pesquisa, ou seja, das sequências discursivas, coletadas em diferentes portais de notícias, uma vez que procuramos não privilegiar nenhum veículo de comunicação; por fim, fizemos a análise das materialidades da pesquisa, baseada nos princípios e procedimentos da Análise do Discurso.

Delimitado nosso percurso metodológico, construímos a dissertação da seguinte forma:

No segundo capítulo, primeiramente, expomos em quais *condições de produção* foi realizado o painel do dia 8 de março de 2015. Observamos o contexto histórico, político, econômico e social do Brasil no momento das manifestações. Em seguida, apresentamos os episódios de painel no Chile e na Argentina, com o intuito de fazer, no quarto capítulo, uma relação com o movimento similar realizado no Brasil.

No terceiro capítulo, tratamos do barulho do ponto de vista da Teoria da Comunicação, procurando observar os pontos de encontro e/ou de afastamento com o tratamento dado pela Análise do Discurso. Para isso, recorreremos aos estudos de Jakobson (2001), além de outros estudiosos da Teoria da Comunicação.

No quarto capítulo, apresentamos o conceito de interdiscurso e realizamos uma aproximação com os episódios de painel realizados na América Latina, principalmente no Chile, contra o ex-presidente Allende, e na Argentina, contra a ex-presidenta Cristina Kirchner, a fim de averiguar as semelhanças e os distanciamentos entre essas manifestações e o painel no Brasil.

No quinto capítulo, abordamos as possíveis formas de resistência no momento do pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff. Procuramos analisar essa resistência no discurso dos manifestantes do dia 8 de março de 2015, a fim de identificar e analisar manifestações que apontem para essa direção. Por fim, realizamos uma discussão sobre os possíveis efeitos de sentido dessa forma resistência.

2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PANELOÇO

Nos estudos referentes à Análise do Discurso, o *corpus* de estudo é sempre um produto da linguagem, delimitado, organizado em fragmentos mais ou menos homogêneos, posto em análise pelo analista do discurso. O estabelecimento mobiliza, sobretudo: a posição do analista sobre a linguagem e sobre o seu funcionamento, o seu olhar em relação aos conceitos da teoria e da temática, os critérios de análise delimitados e as hipóteses levantadas.

Para isso, como assegura Mazière (2007, p. 13), o analista do discurso nunca deve separar os enunciados analisados das suas condições de produção. Essa relação é crucial para a constituição do *corpus* de estudo em Análise do Discurso que, em nosso estudo, significou: apresentar como foram constituídos os enunciados dos sujeitos manifestantes sobre o panneloço do dia 8 de março de 2015, levando em consideração as questões históricas, políticas, econômicas e sociais no país.

Inicialmente, devemos esclarecer que a noção de condições de produção empregada neste estudo é tratada como aquilo que está na base dos processos discursivos dos sujeitos. Em outros termos, é uma materialidade histórica constituída pelas relações sociais, históricas, econômicas e políticas dos sujeitos discursivos. Uma materialidade que, pelo trabalho simbólico da linguagem, mobiliza questões relacionadas aos lugares sociais e as suas representações, bem como as relações do sujeito com o mundo.

Nessa direção, as condições de produção, a partir de Orlandi (2005, p. 30), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. Segundo a autora, elas incluem o contexto imediato, composto pelas circunstâncias de enunciação, assim como o contexto amplo, constituído por todos os elementos sócio-históricos produzidos em nossa sociedade. De acordo Orlandi (2005, p 30), o contexto imediato e o contexto amplo podem ser conceituados da seguinte maneira:

Podemos considerar as condições de produção em sentido mais estrito e temos as circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido mais amplo, as considerações de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 2001, p. 30)

Em nosso estudo sobre o panneloço, o contexto amplo – que envolve os fatores políticos, culturais, históricos e sociais do país – e o contexto imediato – referente às circunstâncias enunciativas em torno dos sujeitos discursivos – eram de um Brasil que começava a sofrer problemas de instabilidade econômica, bem com uma forte crise no setor

elétrico. Em outros termos, constituía um cenário de insegurança que surgia no país e que começava a produzir sentidos de incerteza no imaginário social de milhões de brasileiros.

No final de 2014, após uma eleição acirrada entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), repleta de denúncias contra o Partido dos Trabalhadores e sua base aliada, o Brasil continuava em clima de tensão. A economia, que em anos anteriores tivera um crescimento considerável, começava a apresentar problemas para o governo e para os brasileiros. Silva (2014), jornalista, analista econômico e autor da obra intitulada *Inflação, Juros e o Crescimento Dilma Rousseff: a nova matriz econômica brasileira no mundo pós-crise*, aponta que, após alguns anos de crescimento com o governo de Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil foi afetado pela crise mundial, além de sofrer com as próprias medidas econômicas tomadas pelo governo. De acordo com o autor, o país começou a apresentar sérias dificuldades, dentre elas, o baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) nos anos de 2013 e 2014, o círculo vicioso da inflação, o índice baixo de investidores no país e, principalmente, as elevadas taxas de juros e a política fiscal frouxa:

Historicamente, o Brasil tem adotado uma postura de elevadas taxas de juros e política fiscal frouxa, simultaneamente. Assim, vemos uma situação permanente de contas fiscais pobres, inflação mais elevada e altas taxas de juros, o que sufoca o crescimento econômico, levando o governo a injetar mais dinheiro na economia. É um “círculo vicioso”, disse a fonte acima em entrevista, por telefone, de Nova York. (SILVA, 2014, p. 30)

Entre os maiores problemas econômicos no Brasil, em 2014, é necessário destacar a crise no setor elétrico. De acordo com Silva (2014), existia um grande temor de racionamento de energia, em razão do baixo nível dos reservatórios brasileiros das usinas hidrelétricas. Contudo, as ações tomadas pelo governo, como a Medida Provisória (MP) 579, que antecipou a renovação de concessões das empresas geradoras de energia, e a criação da Resolução CNPE nº 3, que mudou a forma de cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças, não resolveram a situação no setor como era esperado pelo governo. Pelo contrário, conforme o autor, essas medidas geraram um desconforto entre governo, empresas e consumidores, tanto que, em vez de um ambiente de diálogo e de cooperação entre essas partes envolvidas, o setor elétrico se tornou um palco de disputas na Justiça.

Com o risco crescente de racionamento de energia em razão do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, levando analistas do mercado financeiro a cortarem suas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2014 e 2015, especialistas dizem que a crise financeira e de abastecimento do setor elétrico é resultado muito mais de um político unilateral de intervenção do governo Dilma Rousseff do que apenas de condições adversas do período de chuvas. (SILVA, 2014, p. 31)

Villa (2014) apontou um rombo de R\$ 61 bilhões no setor elétrico referente à redução prematura das contas de energia elétrica em 2011, efetuada pelo Governo Federal e apresentada, à época, como uma medida que traria benefícios financeiros aos brasileiros. Entretanto, tal medida ocorreu em um momento delicado em razão da falta de chuvas, o que obrigou o governo a pôr em funcionamento pleno as poluentes e caras usinas termoeletricas.

Com esses problemas instaurados no setor elétrico, muitos investidores e estrategistas estrangeiros, dedicados ao mercado financeiro, ficaram preocupados com o impacto da crise. O temor deles estava além da possibilidade de um racionamento de energia: a preocupação maior era o aumento demasiado do valor da energia elétrica das empresas, o que poderia limitar os lucros. Isso ocasionaria demissões, limitação na produção e, conseqüentemente, uma queda no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Tais preocupações foram afirmadas no depoimento do diretor do fundo *Blackfriars_Emerging Markets*, Bill Rudman, no livro *Inflação, Juros e Crescimento no Governo Dilma: a nova matriz econômica brasileira no mundo pós-crise (2014)*, de Fábio Alves da Silva. Para Bill Rudman, diretor do fundo, as ações de empresas seguiram caindo e, mesmo assim, o índice Bovespa continuou avançando, dada a queda de participação do setor no índice. O temor dele, no entanto, era no impacto da crise energética sobre o crescimento econômico, o que afetaria as empresas brasileiras como um todo, e seria desastroso para o Brasil.

Ainda vale dizer que os últimos anos do governo do Partido dos Trabalhadores e dos seus aliados políticos não foram bem vistos por muitos investidores estrangeiros. Segundo Silva (2014), o governo cometeu uma série de erros que mudou os rumos da economia do país: a não correção precisa dos combustíveis, a redução das tarifas de energia elétrica e o estímulo ao consumo, quando o quadro de reservatórios era baixo, além dos atrasos em concessões para a construção de obras essenciais. Explica Silva:

Depois de fechar 2010, o último ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, na proporção de 19,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de investimentos no Brasil, desde que a presidente Dilma Rousseff assumiu o poder, em janeiro de 2011, vem decepcionando analistas e investidores, contribuindo menos do que poderia para o crescimento econômico brasileiro. (2014, p. 183)

Esses problemas na economia brasileira geraram uma enorme desconfiança nos investidores. Com dificuldades estruturais e uma economia instável, o crescimento do país ficou abaixo do esperado de um país emergente, comparado ao da China e ao da Índia. Segundo alguns especialistas em economia, o intervencionismo na iniciativa privada por parte do governo foi um dos principais problemas do país. Conforme Villa (2014), a insegurança do investidor aumentou excessivamente nos últimos anos, quando ficou claro que havia um governo intervencionista, que mudava as regras “ao gosto burguês”. Para o autor, já era claro, então, que o Brasil começava a perder a chance de crescer como no passado e, para o investidor de longo prazo, isso era mortal.

Com todos esses fatores em pauta, a tensão econômica no país aumentava e a desconfiança de uma possível crise se tornava mais concreta. Para Silva (2014), não se tratava mais de indagar se “a crise econômica” ocorreria ou não em 2015, mas sim de saber quando ela teria início e qual seria a sua dimensão no cenário mundial. Na opinião do autor, as perspectivas para o Brasil não eram nada favoráveis. Silva (2014, p. 266) temia que o país continuasse, como ocorreu em 2014, crescendo abaixo da média em relação a outros países emergentes e a economia entrasse em declínio, devido a algumas medidas do Governo Federal. Para o autor, o Brasil não atingiria o potencial que tinha para continuar crescendo:

Sem reparar o que muitos analistas chamam de erros, entre eles a redução exagerada e prematura da taxa Selic para a baixa histórica de 7,25% e o intervencionismo em setores como o de energia elétrica e o bancário (na guerra para a redução dos spreads dos empréstimos), a taxa de investimentos do país, hoje em 18,4% do PIB (ante 19,5% ao final do governo Lula, em 2010), não aumentará e provavelmente a economia brasileira terá mais quatro anos de expansão abaixo do seu potencial. (SILVA, 2014, p. 266)

Apesar disso, a crise econômica não era o único problema no Brasil que, além de enfrentar dificuldade de crescimento do PIB e de instabilidade econômica, também passava por um enorme escândalo político, envolvendo a Petrobrás, políticos e importantes empresários brasileiros. Fato que ocorreu no ano de 2014, em meio à corrida eleitoral, quando um posto de gasolina do empresário Carlos Habib Chater, no Distrito Federal, foi interceptado pela Polícia Federal. Na época, a investigação desencadeou a operação batizada de Lava-Jato, responsável pela prisão do empresário e de seu pai, além do doleiro Alberto Youssef e, conseqüentemente, levando ao nome do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que recebeu um carro de Youssef, como forma de propina. Segundo Villa (2014), a revista Veja foi a primeira a anunciar o caso policial:

A um mês da realização do primeiro turno, em 5 de setembro, uma sexta-feira, a revista *Veja*, antecipando o conteúdo da edição que chegaria às bancas, publicou em seu site que Paulo Roberto Costa finalmente havia aceitado fazer uma delação premiada das irregularidades cometidas na Petrobras. Ex-diretor da empresa, responsável durante oito anos (2004-2012) pela área de abastecimento, Costa pretendia diminuir sua pena graças à colaboração que faria à Justiça. Inicialmente, o objetivo era sair da prisão: lá estava há três meses. (VILLA, 2014, p. 89)

Conforme Villa (2014, p. 89) – autor da obra *Um país partido: a eleição mais suja da história* (2014) e crítico do governo do Partido dos Trabalhadores e sua base aliada – o depoimento do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, publicado pela revista *Veja*, em 2014, foi fundamental para iniciar as investigações de um suposto esquema de corrupção na Petrobras. Neste, 25 deputados, 6 senadores, 3 governantes e um ministro do Estado, além do tesoureiro do PT e do ex-governador Eduardo Campos, foram investigados pela Polícia Federal. Contudo, o número de envolvidos era muito maior, mas a lista completa ainda seria revelada. Villa (2014) afirma que o esquema de corrupção era um caso parecido com o mensalão, mas que, desta vez, envolvia uma quantia ainda maior de dinheiro:

O esquema que movimentou milhões de reais obrigava as empresas que iam fechar negócio com a Petrobras a pagar um “pedágio”. Os recursos obtidos eram lavados por doleiros – o mais conhecido era Alberto Youssef – e depois distribuídos, parte deles, para sustentar a base aliada no Congresso Nacional. Era um mensalão muito mais turbinado por milhões de reais. (VILLA, 2014, p. 90)

Após investigações realizadas pelo Ministério Público Federal, os nomes dos três acusados ajudaram a revelar um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobrás. Segundo aponta Villa (2014), a partir daí, começou a ser desmantelado um dos maiores esquemas de corrupção no país. Paulo Roberto Costa, homem de confiança do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e um dos executivos de frente da empresa, revelou, por meio de delação premiada, um esquema de fraudes em licitações da estatal. De acordo com o autor:

[...] foi revelado que ele tinha confessado, procurando se beneficiar da delação premiada, o recebimento de R\$ 1,5 milhões como pagamento de propina de apenas um dos tenebrosos negócios realizados pela Petrobras nos tempos petistas, a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. (VILLA, 2014, p. 102)

Nesse esquema, construtoras de grande porte realizavam pagamento de propinas para altos executivos da Petrobras e representantes de partidos políticos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Essa quantia

era distribuída por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na operação. Segundo Villa (2014), o ex-diretor da Petrobras afirmou que havia um esquema de pagamento de propinas em obras da estatal por parte das empreiteiras, e esse dinheiro, depois de lavado pelo doleiro Alberto Youssef, abastecia, principalmente, o caixa de partidos como PT, PMDB e PP.

Após as prisões iniciais, em março de 2015, o ministro relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, autorizou a abertura de inquérito contra 50 políticos, inclusive os presidentes da Câmara e do Senado. Dentre os investigados e supostos criminosos envolvidos, estavam 50 políticos de seis partidos brasileiros: PT, PSDB, PMDB, PP, SD e PTB. Além desses citados, as duas das maiores empreiteiras do país, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, também estavam envolvidas.

Paulo Roberto Costa, ex-presidente da Petrobras, a fim de diminuir substancialmente sua pena na prisão, foi um dos principais delatores do esquema. Ele, o empresário Carlos Habib Chater, seu filho e Alberto Youssef foram peças fundamentais para o desencadeamento da operação Lava-Jato, bem como das investigações posteriores para a descoberta de outros envolvidos.

Além de Paulo Roberto Costa, mais trinta e oito pessoas foram presas, alguns permanecendo em prisão domiciliar. Dezoito dos investigados, assim como Costa, realizaram um acordo de delação premiada, a fim de tentar reduzir a pena, no caso de serem condenados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. A Polícia Federal estima que, com os desvios de dinheiro, o esquema criminoso provocou um prejuízo de cerca de R\$ 19 bilhões aos cofres públicos.

Entretanto, Leite (2015) questiona a seriedade da operação Lava-jato. De acordo com Leite (2015, p. 193), jornalista e defensor do governo vigente, essa operação seria um golpe de Estado. No entendimento do autor, o que está acontecendo no Brasil é um movimento autoritário que já se iniciou e está em curso no país – ainda que não seja vivível para muitos brasileiros e nem seja acompanhado por militares:

Estamos assistindo a um processo de esvaziamento contínuo das instituições democráticas a partir da exacerbação contínua dos poderes da Justiça. Neste processo, a Lava-jato oferece, na bandeja da oposição, instrumentos para restrição da principal liberdade que diferencia a democratização nascida em 1985: a liberdade de organização dos trabalhadores e da população pobre. (LEITE, 2015, p. 193),

Na perspectiva de Leite (2015, p. 205), essa operação, apoiada por Aécio Neves (PSDB), procura apagar o crescimento histórico do país nos últimos anos e acabar com o Partido dos Trabalhadores. Ou seja, é “um projeto que volta a frequentar os projetos da oposição brasileira – herdada da mesma família política que em, 1947, colocou o PCB na ilegalidade”. Ainda alega que “com o apoio dos grandes meios de comunicação, que fingem não perceber a brutalidade do que ocorre” (LEITE, 2015, p. 205), a oposição manipula amplos setores da sociedade brasileira e coloca em perigo o futuro do país.

Com isso, entendemos que foi durante esse jogo político entre governo e oposição, envolvendo denúncias de corrupção pela operação Lava-Jato e uma crise econômica no país, que Dilma Rousseff, no dia 8 de março de 2015, realizou seu pronunciamento oficial em homenagem ao dia internacional da mulher. Na oportunidade, a manifestação, denominada *panelaço* pelos principais veículos de comunicação, ocorreu nas capitais brasileiras e teve a participação, principalmente, dos moradores dos bairros nobres brasileiros. Dilma, em seu pronunciamento, destacava a importância das mulheres brasileiras na sociedade. Mulheres que, assim como ela, são mães, trabalhadoras, empresárias, donas de casa e pessoas dedicadas a construir uma nação melhor. No entanto, o pronunciamento, devido aos recentes casos de corrupção e crise econômica no país, não teve uma aceitação positiva por parte da população, sobretudo, em bairros de classe alta. A presidenta inclusive foi vaiada, xingada e ofendida nessas localidades do Brasil. O *panelaço*, movimento iniciado pelas redes sociais, começou nas varandas e nas sacadas dos prédios de luxo e continuou nas ruas e nas avenidas das capitais do país.

Nesse movimento, além dos berros e gritos de “Fora, Dilma!”, outra forma de protestar também foi destaque nas principais páginas dos jornais e *sites* brasileiros: o barulho. Segundo o Jornal Gazeta do Povo⁹, ao “mesmo tempo em que a presidenta Dilma Rousseff fazia seu pronunciamento, moradores de diversas cidades do país realizaram um *panelaço* simultâneo em protesto ao seu discurso”. Naquele momento, a Presidenta da República, além de discorrer a favor da mulher brasileira, aproveitou também para defender as medidas do arrocho fiscal adotadas pelo governo para equilibrar a economia. Apesar da tentativa de Dilma de acalmar os ânimos dos brasileiros com uma fala positiva, o seu pronunciamento foi alvo de críticas, principalmente em forma de sons de batida de panela.

⁹ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-meio-a-panelaco-dilma-pede-uniao-dos-brasileiros-e-evita-falar-da-lava-jato-03ej24nb467qsgttmptkea5yp>>. Acesso em 22 set de 2015.

A rádio Rede Brasil Atual¹⁰, em seu portal de notícias, citou que Dilma, em pronunciamento do dia da mulher, admitiu fazer correções e ajustes fiscais na economia do país e que elas significariam “alguns sacrifícios temporários para todos e que têm sido alvo de críticas injustas”. Dilma Rousseff ressaltou, ainda, que as medidas incluem o corte de gastos do governo, a revisão dos direitos previdenciários e a redução dos subsídios de créditos, pois são “as medidas econômicas que estão sendo adotadas para o país voltar a crescer”.

No instante em que Rousseff realizava este pronunciamento, em São Paulo, houve grande manifestação contra o governo do Partido dos Trabalhadores. O episódio ocorreu em bairros como Aclimação, Pinheiros, Santana, Vila Leopoldina, Brooklin, Vila Mariana, Perdizes, Moema, Itaim Bibi e Morumbi e teve ampla cobertura da mídia. O jornal *O Globo*¹¹ afirmou que “as pessoas saíram às janelas dos prédios batendo panelas e gritando fora Dilma, fora PT”. Conforme *O Globo*, “As manifestações começaram na metade da fala da presidente e só se encerraram depois do pronunciamento”.

No Rio de Janeiro, os protestos aconteceram, segundo mencionou o jornal *O Globo*¹², nos bairros Ipanema, Recreio dos Bandeirantes e Japeri. Nesses bairros da capital, os protestos foram além do panelaço. Das sacadas de seus prédios, moradores diziam palavras ofensivas e gritavam contra a Presidenta da República. Além disso, muitos manifestantes saíram de suas casas e realizaram um buzinaço pelas principais ruas da capital.

Além do mais, *O Globo*¹³ citou panelaços em Belo Horizonte, principalmente na Zona Sul, onde houve barulho intenso de panelas durante o pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff. Em praticamente todos os locais da região foi ouvido algum tipo de manifestação contrária ao governo. Os casos dos maiores panelaços foram nos bairros Serra e Sio, onde o barulho dos sons das panelas era mais intenso e provocava maior agitação nos moradores.

O portal de notícias G1¹⁴, empresa afiliada à Rede Globo Produções, apontou mais quatro capitais que tiveram panelaços: Goiânia, nos bairros Jardim Goiás, Alto da Glória, Bueno,

¹⁰ Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/03/em-discurso-em-rede-dilma-defende-medidas-para-ajuste-fiscal-5319.html>>. Acesso em: 22 set de 2015.

¹¹ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/sob-vaias-xingamentos-na-rua-dilma-pede-paciencia-populacao-para-enfrentar-crise-15539588>> Acesso em: 22 set de 2015.

¹² Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/sob-vaias-xingamentos-na-rua-dilma-pede-paciencia-populacao-para-enfrentar-crise-15539588>> Acesso em: 22 set de 2015.

¹³ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/sob-vaias-xingamentos-na-rua-dilma-pede-paciencia-populacao-para-enfrentar-crise-15539588>> Acesso em: 22 set de 2015.

¹⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>> Acesso em: 22 set de 2015.

Bela Vista, Pedro Ludovico e Marista; Curitiba, Batel, Água Verde e Bigorriho; Vitória, Praia do Canto e Mata da Praia; Brasília, em Águas Claras, no Sudoeste, em Guará, nas Asas Norte e Sul e Eixo Monumental.

O painel, assim chamado pelos sujeitos manifestantes e amplamente divulgado pelos veículos de comunicação, foi articulado algumas semanas antes por grupos de oposição ao governo de Dilma Rousseff, tais como: Revoltados Online, Vem pra Rua e Movimento Brasil Livre. Juntos, os três grupos, por meio de montagens de imagens, “memes” e outras materialidades discursivas, convidavam o povo a participar da manifestação barulhenta e a protestar contra o Partido dos Trabalhadores e sua base aliada.

A partir desses eventos, Fiuza (2014), jornalista e opositor do governo vigente, em seu livro *Não é Mamãe: para entender a era Dilma*, realiza uma análise do governo petista nos últimos anos do governo de Dilma Rousseff e apresenta-se totalmente contrário ao governo do Partido dos Trabalhadores e a sua base aliada. Segundo Fiuza (2014), o Brasil vivenciou e ainda vivencia momentos obscuros na política interna do país, em decorrência da péssima administração pública e econômica por parte daqueles que estão no poder. Em tom irônico, Fiuza (2014) faz uma comparação do atual governo com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e aproveita também para fazer uma crítica ao socialismo promovido pelo Partido dos Trabalhadores e seus aliados políticos:

Seria precipitada uma conclusão sobre o que foi a era Dilma. É fácil dizer tudo o que ela não foi – e não será. Mas sempre se pode arriscar um prognóstico, baseado em dados comparativos: se consertar um aeroporto hoje leva tempo equivalente à construção de Brasília, pode-se depreender, à luz do “plano de metas”, que o atual “padrão Brasil” projeta um avanço de aproximadamente 5 anos em 50. Não há razão para pressa. O socialismo companheiro será eterno enquanto durar o dinheiro dos outros. (FIUZA, 2014, p. 371)

Para Fiuza (2014), apesar de José Dirceu estar preso pelo seu envolvimento no episódio do Mensalão, o político continua sendo o responsável por coordenar as estratégias políticas do Partido dos Trabalhadores. Conforme Fiuza (2014), Dirceu continua dando as cartas no PT. Para o autor, o Partido dos Trabalhadores é uma quadrilha que está no comando da política brasileira. Além disso, Fiuza (2014, p. 352) critica o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por se “manifestar, em público, a favor de criminosos que roubaram o país”, referindo-se aos políticos do Partido dos Trabalhadores envolvidos nos casos do mensalão e dos desvios da Petrobras.

No entanto, Leite (2015), como citamos, tem outro ponto de vista em relação ao governo do Partido dos Trabalhadores. Conforme Leite (2015, p. 14), o governo de Dilma

Rousseff foi “o que distribuiu renda e, dentro dos inúmeros limites e imperfeições, promoveu melhorias inegáveis na vida da maioria da população”. Ainda segundo Leite (2015), a Lava-jato foi uma operação organizada, sobretudo, por delegados com preferências tucanas, ou seja, por pessoas relacionadas à oposição, ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não sendo tratada com a neutralidade esperada:

Em novembro de 2014, soube-se por meio de Julia Dualibi, de O Estado de São Paulo, que os delegados que conduziam a Lava-Jato, na Polícia Federal do Paraná, formavam um núcleo de conhecidas preferências tucanas, explicitadas no segundo turno, em mensagens grotescas e desrespeitosas em relação à Dilma Rousseff e Lula. (LEITE, 2015, p. 14)

Leite (2015), em sua leitura sobre a operação Lava-jato, apresenta dados pouco divulgados na mídia e afirma que a *Veja* tentou realizar um “Golpe midiático contra Dilma” (LEITE, 2015, p. 81), pois, às vésperas da eleição, a revista chegou às bancas com acusações falsas contra a presidenta Dilma e contra Lula. Na opinião do autor:

A imprensa erra e fabrica erros sem risco algum, o que só estimula uma postura de arrogância e desprezo pelos direitos do eleitor. Imagina você que hoje, quando a própria revista admite que publicou uma denúncia que não pode provar, é possível encontrar columnistas que já falam em impeachment de Dilma. Está na cara que eles já perderam a esperança de eleger Aécio. (LEITE, 2015, p. 86)

De acordo com o autor, a revista *Veja* buscou interferir no voto de eleitor por meio de um “atalho”, o que prejudicou o andamento das eleições, e quem acabou prejudicado foi o eleitor. Isso ocorre, segundo Leite (2015, p. 86), porque os veículos de comunicação no Brasil apresentam-se com uma postura “[...] parcial e tendenciosa [...]”. Para Leite (2015, p. 86), alguns veículos de comunicação, bem como a Polícia Federal, estão sendo usados politicamente, agindo de forma que comprometem “[...] os direitos de cada cidadão e a ordem republicana [...]” (LEITE, 2015, p. 81).

Com esses dois pontos de vista, o que observamos foi que a constituição discursiva do painel ocorreu em condições de produção em que há acirrada disputa de poder, pois se tratava de um momento da política brasileira em que muitas histórias de corrupção ganharam a mídia e os partidos estavam em grande tensão no Congresso Nacional. Além disso, devemos levar em conta que o Brasil passava e – ainda passa - por uma forte crise econômica, o que ocasionou, entre outras providências, o aumento das tarifas da conta de energia, o que gerou ainda mais insatisfação nos manifestantes.

Portanto, as condições de produção, apresentadas no momento das manifestações, eram as seguintes: um país afetado pela crise financeira mundial e com dificuldades de equilibrar a sua economia. Para tentar reverter o problema, o governo tomou atitudes que atingiram financeiramente os brasileiros, dentre elas: o ajuste fiscal; a medida de corte de despesas e de investimentos; a redução de programas sociais, a mudança nas regras de acesso aos direitos trabalhistas e as alterações nas tarifas de energia. Além do mais, PSDB e PT travavam, mesmo após as eleições, duras disputas políticas, com acusações de ambos os lados. Do lado do PT, era exigida mais neutralidade nas investigações de corrupção, como aponta Leite (2015, p. 86) “se houvesse interesse real para investigar e punir os casos de corrupção seria possível começar pelo mensalão do PSDB-MG”. Enquanto do lado do PSDB, conforme afirma Fiuza (2014, p. 363), os opositores acusam que “a verdadeira destruição da Petrobras é a Dilma”. Tais ações e tais disputas resultaram, como mencionamos, no panelaço, uma manifestação que ocorreu por meio de sons emitidos pela batida de panelas, isto é, do barulho.

Apresentadas as condições de produção da nossa materialidade, o próximo capítulo apresentará outros panelaços históricos ocorridos na América do Sul a fim de compreender a relação discursiva que há entre essas manifestações com o panelaço do dia 8 de março de 2015. Para isso, fizemos um estudo histórico sobre os principais panelaços que antecederam o movimento realizado recentemente no Brasil.

3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE PANELOS HISTÓRICOS

Após as manifestações contra Dilma Rousseff, no dia internacional da mulher, o painel como forma de manifestação se tornou uma prática política comumente noticiada pelos veículos de comunicação no Brasil. Essa forma de manifestação ganhou destaque em inúmeras manchetes de *sites* de notícias, diálogos em páginas do *Facebook*, vídeos do *Youtube* e compartilhamentos em outras redes sociais: “Professores protestam e fazem barulho”¹⁵; “Servidores fazem barulho na posse do presidente da ACIC”¹⁶; “Professores fazem barulho com apitos em manhã quente na Câmara Municipal”¹⁷, “Barulho em Brasília: caminhoneiros prometem bunização hoje na Praça 3 Poderes”¹⁸.

Rapidamente, o barulho se tornou uma forma de manifestação recorrente no Brasil, principalmente a partir de março de 2015, quando foram revelados os nomes dos políticos e empresários envolvidos na operação Lava-jato, da Polícia Federal. Entretanto, não é apenas no Brasil que o gesto de fazer barulho como forma de manifestação política se tornou corriqueiro em momentos de manifestações, o que nos leva a investigar que relações de dependência este gesto que aconteceu e acontece no Brasil estabelece com práticas semelhantes em outros países.

Elegemos, como efeito de origem, as manifestações que aconteceram no Chile, durante a década 70, quando houve uma grande mobilização popular e diversas mulheres saíram às ruas batendo painéis e fazendo barulho na capital do país. Naquele período, o Chile buscava instaurar uma política socialista, liderado pelo ex-presidente Salvador Allende e apoiado pelo presidente de Cuba, Fidel Castro. Por consequência, enfrentava graves problemas para a consolidação do sistema político, por isso sofria duras críticas da oposição, sobretudo, pelo lado da extrema direita e dos representantes militares do país.

Para Alegria (1983, p. 70), o “caminho chileno para o socialismo” era conturbado. Segundo o autor, a violência e o ódio se instauraram no país, pois o ex-presidente Allende não encontrava apoio suficiente para sustentar sua proposta de governo. Segundo aponta Alegria (1983), autor da biografia intitulada *Salvador Allende* e ex-ministro do seu governo:

¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LP8V5Wn36po>>. Acesso em 30 set. 2015.

¹⁶ Disponível em: <<http://laislainy.com/cascavel/contra-beto-richa-servidores-fazem-barulho-na-posse-da-acic/>>. Acesso em 26 out. 2015.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/JornalDiarioDigital/posts/1065350836825915>>. Acesso em 26 out. 2015.

¹⁸ Disponível em: <<http://site.jornalregional.com.br/index2.php?option=noticia&value=3318>>. Acesso em 26 out. 2015.

O “caminho chileno para o socialismo” parecia se fechar em meio a violências e ódios. A tradicional política de soluções ministeriais e acordos parlamentares se convertia, subitamente, num cruel engodo. Os trabalhadores perdiam armas para defender seu governo; os camponeses reforçavam suas posições nas terras que eles mesmos expropriavam. (ALEGRÍA, 1983, p. 70)

Na capa do *Jornal El Mercurio*, do dia 1º de dezembro de 1971 está o registro do primeiro painel noticiado na América do Sul e no mundo, inaugurando esse modo de significar em situações de manifestações políticas. Naquela época, o então presidente do Chile, Salvador Allende Gossens, médico e membro do Partido Comunista, foi alvo dos primeiros painéis da história. Segundo Alegria (1983, p. 70), após sua posse no ano de 1970, Salvador Allende começava sua verdadeira luta no comando do país.

Na compreensão de Alegria (1983), o ex-presidente da república realizou grandes feitos políticos, pois nacionalizou o cobre, o ferro, o salitre e o carvão, diminuindo o grande lucro das multinacionais norte-americanas e aumentando o lucro das empresas chilenas; estabeleceu o direito de cada criança receber gratuitamente meio litro de leite por dia; incorporou ao sistema escolar 90% das crianças chilenas; fundou 300 jardins-de-infância; reconheceu a função social de artistas e de escritores; acelerou a reforma agrária do país, expropriando 3.570 propriedades, com um total de cinco milhões de hectares, que beneficiaram 40 mil famílias camponesas.

Com essas medidas, Allende aumentou o poder do Estado na economia, buscou controlar os preços e contribuiu para o crescimento dos salários dos trabalhadores. Contudo, Alegria (1983) não negou que tais medidas desagradaram a classe média e a classe alta chilena. Com isso, muitos chilenos foram às ruas protestar, batendo panelas nas ruas de Santiago e criticando o governo do Allende.

Entre eles, estava Carmen Saenz Terpelle, a líder do Grupo Poder Feminino, fazendeira que sofreu com as desapropriações de suas terras e, por isso, tomou a iniciativa de realizar uma manifestação contra Allende, a fim de recuperar suas poses e enfrentar a política do ex-presidente. Conforme o Estadão¹⁹, jornal que publicou uma matéria exclusiva sobre Carmem, naquele período da história chilena ocorreu “uma queda abrupta na produção agrícola” e muitos chilenos ficaram sem comida no prato.

¹⁹ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,panelacos-um-legado-da-elite-chilena,1659890>> Acesso em 02/08/2015.

Figura 1: Capa do Jornal El Mercurio²⁰, do dia 1º de dezembro de 1971



Fonte: Portal ihmundo, Acesso em 26 out. de 2015.

Em sua entrevista, Carmen Saenz Terpelle mencionou: “Sem ter o que cozinhar, uma líder comunitária de Santiago me disse: por que não batemos panelas?”. Após a sugestão da colega de luta, Carmen levou a ideia adiante e, com outras mulheres, foi às ruas bater panelas e protestar contra a política do governo do presidente Salvador Allende.

Conforme Alegria (1983, p. 72), no início, o movimento teve a participação apenas de mulheres do Grupo Poder Feminino. Porém, as medidas tomadas pelo governo de Allende motivaram outros grupos sociais a participarem e a realizaram protestos ainda mais radicais e violentos contra o presidente do Chile. Entre eles estavam as corporações profissionais – de advogados, de médicos e de engenheiros, a Sociedade Nacional da Agricultura, a Sociedade de Fomento Fabril, a Câmara do Comércio, os sindicatos dos caminhoneiros e taxistas. Segundo Alegria (1983, p. 72):

²⁰ Disponível em: <<http://ihmundo.blogspot.com.br/2015/03/a-historia-dos-cacerolazos.html>> Acesso em 02/08/2015, às 19:45

E iniciou-se também a mais virulenta reação. As Corporações Profissionais – de advogados, engenheiros – declararam greves contra o governo, juntamente com associações patronais, como a Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade de Fomento Fabril, a Câmara do Comércio, e com sindicatos reacionários, entre eles o dos caminhoneiros e dos taxistas. As medidas do governo foram sabotadas no Congresso; começou-se a estocar alimentos e criou-se o mercado negro; os donos de terras não semearam; os organismos bancários internacionais, controlados pelos Estados Unidos, suspenderam todos os créditos ao Chile, asfixiando assim as importações e impedindo o envio das peças de reposição necessárias à indústria e à companhia nacional de aviação.

No Chile, após a posse de Allende, a situação do país era insustentável. Alegría (1983) afirma que o país estava totalmente paralisado. A oposição organizava greves e mais greves para fazer o governo recuar e tentar tirar Salvador Allende da presidência. A CIA, sob o comando de Nixon e de Kissinger, com medo de o socialismo ser instaurado no país e se espalhar pelo mundo, conspirava contra o presidente, por isso, manipulou atentados ao governo vigente. Conforme o autor (1983, p. 74):

Conspirava-se no Chile, de cima a baixo do país, e conspirava-se em Washigton. A CIA, sob ordens de Kissinger e Nixon, manobrou o general Roberto Viaux, depois deu sua aprovação a um torpe atentado que se tornou conhecido pelo nome de “tancazo”, em julho de 1973. Essas aventuras golpistas, improvisadas e insensatas, não contaram com o apoio nem dos altos comandos nem das bases do Exército.

Com o passar dos anos, Salvador Allende começou a perder popularidade e, em pouco menos de três anos após as manifestações realizadas pelo Poder Feminino, o Palácio La Moneda foi tomado pelos militares. Alegría (1983, p. 80) alega que “O golpe militar é dado na madrugada de 11 de setembro. Nessa manhã, ao meio-dia, o presidente Allende anunciaria o plebiscito na Universidade Técnica do Estado”. Após a ação dos militares, Salvador Allende foi morto e o general Augusto Pinochet assumiu a presidência, iniciando uma longa e sangrenta ditadura no país.

Para Alegría (1983), autor da biografia de Allende e amigo do ex-presidente da república, Salvador lutava para recuperar as riquezas que os latino-americanos deixaram cair nas mãos dos monopólios estrangeiros, bem como melhorar as condições de vida dos seus povos, além de participar ativamente de congressos científicos do mundo contemporâneo. Alegría (1983, p. 91), que foi Adido Cultural do governo do ex-presidente, acredita que Allende foi um grande líder das assembleias e das batalhas eleitorais, pois era um genuíno “Pai da Pátria”.

Todavia, Carmen Saenz Terpelle não tem esse mesmo olhar. Carmen, que era casada com um político liberal e pertencia ao Grupo Poder Feminino, não apoiava a política

de Salvador Allende. Ela relatou ao Estadão que os campos eram desapropriados e havia até “escassez de pão”. Conforme Carmen, “Não era partidária de Allende”, pois quem ela realmente apoiava era Jorge Alessandri (presidente de 1958 a 1964, apoiado por políticos liberais em seu mandato, mas derrotado em 1970 por Allende). Como forma de lutar contra essa política de Allende, Carmen Saenz Terpelle liderou a Marcha das Panelas Vazias, apresentando ao mundo outro modo de manifestação política, popularizado como panelaço.

Com o passar dos anos, esse outro modo de manifestação política já estava presente em diversas situações de conflitos políticos, como na Argentina, palco de panelaços históricos na América do Sul. De acordo com CMAIS²¹, portal de notícias da TV Cultura, “Um dos mais marcantes panelaços da história aconteceu em 12 de setembro de 1996, na Argentina”. Segundo o portal, o principal motivo foi “a política econômica e social” adotada pelo Presidente Menem, responsabilizado por muitos argentinos pela crise instaurada no país.

Desde então, o panelaço foi tomado como uma forma tradicional de mobilização contra o governo no país. As principais manifestações ocorreram em 2001, 2002, 2008 e 2012. Conforme o portal CMAIS, “O último foi mobilizado contra a atual presidenta Cristina Kirchner. Cerca de um milhão de pessoas participaram de ato contra a gestão de Kirchner”. Após a mobilização, uma matéria do jornal O Globo²² apontou que o panelaço foi realizado para “repudiar medidas adotadas pela Casa Rosada e, principalmente, a possibilidade de que o kirchnerismo promova uma reforma constitucional no Congresso para permitir um terceiro mandato consecutivo” da presidenta do país. Além disso, o jornal O Globo²³, em crítica ao governo de Cristina Kirchner, afirmou que a classe média argentina saiu às ruas para “pedir renúncia do vice-presidente, Amado Boudou, envolvido num delicado escândalo de corrupção que está sendo investigado pelos tribunais locais”.

Lanata (2014), autor da obra *Década Roubada: dados e fatos nos anos da Argentina Kirchnerista (2014)* e crítico do governo da presidenta Cristina, assegura que a Argentina, nos últimos 12 anos de história, enfrenta duros problemas econômicos, políticos e sociais, decorrentes de uma gestão pública corrupta e instável do governo argentino. Na concepção de Lanata (2014), é possível averiguar um modelo “dual” de capitalismo, pois durante décadas o país não gerou emprego e nem implantou projetos de inclusão social

²¹ Disponível em: <<http://cmais.com.br/jornalismo/politica/panelacos-que-marcaram-a-historia-da-politica-pelo-mundo>>. Acesso em: 26 out. 2015.

²² Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/argentinos-fazem-panelaco-contra-cristina-kirchner-6089202>> Acesso em 02/08/2015.

²³ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/argentinos-fazem-panelaco-contra-cristina-kirchner-6089202>> Acesso em: 26 out. 2015.

adequados a todos. Por outro lado, os edifícios de Puerto Madero continuaram crescendo, as condições tecnológicas melhoraram, houve aumento nas vendas de carros, mas, mesmo assim, continua havendo um número abundante de vendedores de ruas, flanelinhas e diversos setores de baixa produtividade que não contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Em virtude desses pontos anunciados, Lanata (2014, p. 329), ao longo de sua obra, faz diversas e severas críticas ao governo de Cristina Kirchner:

Essas linhas, escritas antes de 2014, não incluem a desvalorização do peso, o brutal aumento de preços diante do fracasso dos produtos “cuidados”, os aumentos mensais de 6% da gasolina promovidos pela YPF, a “ameaça” de Kicillof sobre o fim dos subsídios e a possibilidade bastante certa de uma nova desvalorização quando o aumento da inflação tornar insuficiente a desvalorização de janeiro. A inflação projetada para este ano superará, segundo todas as consultorias, os 40% há quem diga que poderia chegar a 55%. O governo decidiu tarde tomar um caminho de ladrilhos soltos. Assim escrevemos em fevereiro: “O governo está rodeado de ladrilhos soltos. Qualquer passo que der, em qualquer direção, piora as coisas” (LANATA, 2014, p. 329)

Na opinião de Lanata (2014), o governo de Cristina Kirchner deixa uma herança maléfica para a Argentina, pois “Há 746 mil jovens entre 18 e 24 anos que não estudam nem trabalham, o que equivale a 24% do total de jovens nessa faixa etária”. Ainda conforme Lanata (2014, p. 333), na área da saúde pública, a década governada pelos Kirchners deixa de herança um quadro assustador: “[...] 40% da população carece de cobertura média de plano de saúde, e cresce a pressão sobre hospitais públicos com escassos recursos e asfixiados pela inflação [...]”. Do ponto de vista do habitat, os problemas são igualmente grandiosos. Lanata (2014, p. 333) aponta que “[...] a cada ano somam-se 60 mil lares ao problema de falta de moradia, entre 2001 e 2010 [...]”, números que não param de aumentar nos últimos anos.

Em decorrência desses problemas e da crise que aumentava no país, os argentinos, no dia 8 de novembro de 2012, pegaram panelas, pratos e garrafas, vestiram camisetas brancas, prepararam bandeiras azuis e foram às ruas de Buenos Aires protestar contra o governo da presidenta Cristina Kirchner. Em forma de protesto, os sujeitos manifestantes faziam barulho e exigiam, por meio de cartazes e de faixas, maior liberdade da imprensa, o controle da inflação, melhoria na qualidade de vida dos argentinos e um basta na corrupção. Isso porque, de acordo com Lanata (2014, p. 24), “A fortuna de Néstor e Cristina Kirchner cresceu 46 vezes entre 1995 e 2010”. Inconformados com inúmeros escândalos de corrupção, além das dificuldades econômicas do país, os argentinos foram até em frente à residência da presidenta protestar. Essa manifestação barulhenta, batizada pela mídia de 8N, ganhou

dimensões mundiais e milhares de argentinos, que moram fora do país, manifestaram sua indignação.

Em contrapartida, Aníbal Fernandez²⁴, ex-ministro do governo de Nestor Kirchner, parece ter uma posição contrária à de Lanata (2004). Em entrevista ao *site* da BBC, o ex-ministro acreditava que esse protesto foi uma manifestação organizada pela “Ultradireita” do país. Além dele, Ricardo Forster²⁵, filósofo e escritor argentino, também defendeu a presidenta Cristina Kirchner e seu comando na Argentina, mencionando que “muitos lugares não fizeram protesto. A Argentina não é só Buenos Aires, Mendoza e Córdoba. É mais”.

Com estas declarações apresentadas neste estudo, observamos que o panelaço na Argentina, assim como no Chile e no Brasil, não envolveu apenas fatores econômicos, culturais, sociais, mas relações de poder. Desse modo, começamos a indagar sobre alguns pontos referentes aos barulhos produzidos nessas ocasiões de manifestações: quais efeitos esses barulhos produziram e ainda estão produzindo em nossa sociedade? E mais: como ocorre o efeito discursivo desses barulhos? E, por fim, como são constituídos esses barulhos?

Motivados por essas questões, buscamos aprofundar os estudos sobre o barulho a partir de duas teorias: a Teoria da Comunicação e a Análise do Discurso. A escolha por tais teorias se justifica por apresentarem pontos de vistas antagônicos em relação objeto de estudo. Pelo lado da Análise do Discurso, temos uma visão histórica e social do barulho. Em contrapartida, pelo lado das Teorias da Comunicação, é possível observar o barulho como parte de um sistema de comunicação, um componente frequente em diversos processos comunicativos.

Por isso, no próximo capítulo, analisaremos o barulho, inicialmente, baseado nas Teorias da Comunicação, por meio da leitura de Jakobson (2001), assim como pelos princípios e procedimentos da Análise do Discurso, subsidiados pelos estudos de Pêcheux (2014) e de Orlandi (2009). Após esse estudo, refletiremos sobre o barulho e realizaremos um contraponto entre as duas teorias, a fim de encontrar respostas às questões propostas neste estudo.

²⁴ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121109_argentina_panelaco_dg.shtml. Acesso em: 26 out. 2015.

²⁵ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121109_argentina_panelaco_dg.shtml. Acesso em: 26 out. 2015.

4 O PANELAÇO E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Segundo Rüdiger (2004), o termo “comunicação” se transformou em uma designação usual na sociedade. Em diversas situações do cotidiano, a palavra é citada, seja de forma positiva, como uma espécie de panaceia, seja de modo negativo, quando é entendida como um dos principais males da vida em sociedade. Contudo, o problema é que a expressão se tornou fonte de reflexão do senso comum em diversas áreas do conhecimento. Por isso, em determinados momentos, confunde-se seu valor teórico, necessitando-se, portanto, de um esclarecimento conceitual no contexto contemporâneo.

Rüdiger (2004, p. 9) define a comunicação como um elemento “básico de sobrevivência e satisfação das necessidades, que há algumas décadas vem se tornando também um formidável campo de cuidado técnico e moral em nossa civilização”. Em seus estudos, o autor compreende a expressão como um conceito histórico e polissêmico, determinado pelos processos sociais de interação e formado pelas práticas, discursos e ideias movimentadas nos meios de veiculação social.

Nesse enfoque, a comunicação representa um modelo de transmissão de informações e de interação entre os envolvidos. Conforme Gomes (2004, p. 10), “A teoria da comunicação envolve o uso de modelos. Estes são utilizados para permitir a visualização de um fenômeno tanto físico quanto social”. Nessa perspectiva, segundo aponta Negri (2011, p. 28), “qualquer espécie de manifestação comunicacional enquadra-se em um esquema” e afirma que esses esquemas são utilizados “para que haja fluidez da comunicação”. Com essas afirmações, compreendemos que as Teorias da Comunicação são baseadas em esquemas e modelos que, se utilizados de modo correto, garantem uma interação sem falhas entre os envolvidos nos processos comunicativos.

O linguista russo Roman Jakobson²⁶, em sua obra *Linguística e Comunicação* (1960), propõe um modelo geral de comunicação, a partir das leituras feitas dos conceitos apresentados pela Linguística Estrutural de Ferdinand Saussure e dos estudos referentes à comunicação. Jakobson (1960), em suas pesquisas linguísticas, acreditava que a relação entre essas teorias, como a semiótica, a poética, a biologia, a matemática e a informática, seria um caminho que ampliaria os trabalhos desenvolvidos na área da comunicação e da linguística,

²⁶ A proposta de Jakobson já era uma retomada e remodeladora dos esquemas e modelos da teoria da informação; ele não era um teórico do campo da informação. Ele não fez um simples esquema, mas introduziu funções que abarcam o contexto da vida humana.

pois a interdisciplinaridade era uma marca do seu trabalho acadêmico e foi uma trajetória trilhada ao longo de sua vida, como menciona o autor:

Estou convencido de que os métodos recentemente desenvolvidos em linguística estrutural e teoria da comunicação, aplicados à análise do verso e a muitas outras províncias da linguagem, poderão abrir vastas perspectivas para coordenação ulterior dos esforços das duas disciplinas. Confiemos em que nossas expectativas não se frustrem. (JAKOBSON, 2001, p. 86)

Holenstein (1978), em seu livro intitulado *Introdução ao Pensamento de Roman Jakobson* (1978), mostra que uma das principais características da linguística jakobsoniana foi o fato de que ele analisa todos os traços, todas as camadas e todos os pontos de referência à linguagem, uma vez que suas pesquisas respeitam tanto a autonomia interna quanto sua interdependência.

Por Jakobson trabalhar de forma ampla os conceitos da linguagem e da comunicação, Holenstein (1978) afirma que a sua linguística não foi desenvolvida em completa independência das ciências naturais, aquelas voltadas aos estudos da biologia, fisiologia, muito menos das ciências formais, focadas na lógica e na matemática. Sua abordagem, nas palavras de Holenstein (1978, p.13), “não exclui nem a significação em favor da sintaxe, nem a diacronia em favor da linguagem interior, nem a linguagem corrente em favor das linguagens formalizadas das ciências exatas”.

Holenstein (1978) comenta que a linguística de Jakobson distingue-se de outras por apresentar esse caráter integralista, sobretudo pelo interesse do pesquisador russo pela poesia, pela biologia, pela comunicação, pela semiótica e pela matemática. Conforme Holenstein (1978)), seu trabalho se desenvolveu desde as pesquisas folclóricas feitas nas proximidades de Moscou até as análises fônicas desenvolvidas em laboratórios do *Massachusetts Institute of Technology*.

Esse caráter integralista de Roman Jakobson contribuiu para que conseguisse expandir o modelo de comunicação desenvolvido pelo austríaco Karl Bühler, que levava em conta apenas três elementos nos processos comunicativos: destinador, mensagem e destinatário. De acordo com Holenstein (1978, p. 157), “Jakobson amplia esse modelo, nele incluindo o meio linguístico que se torna independente em poesia e nele destacando ainda outros componentes do ato da fala”.

Em suas palavras, Jakobson (2001, p. 123) afirma que “todo processo linguístico, de todo ato de comunicação” é composto por seis elementos: remetente, mensagem, contexto, contato, código e destinatário. Nesse processo, cada componente exerce uma função para que

a comunicação ocorra e a mensagem seja enviada com sucesso ao destinatário. A comunicação, portanto, só ocorre se todos os componentes cumprirem suas funções com êxito, ou seja, caso estejam corretamente interligados no processo comunicativo.

Além disso, no modelo de comunicação de Jakobson (2001) esses seis componentes linguísticos correspondem a determinadas funções da linguagem, que são: função emotiva ou expressiva, função conativa, função fática, função poética, função metalinguística e função referencial. Segundo o autor, cada componente efetua uma ou mais funções durante o processo de comunicação. E essas funções, como comenta Negri (2014, p. 61), permitem “maior fluidez à escritura, melhor tessitura do texto”, e são capazes de promover melhor organização do raciocínio do remetente. Holenstein (1978, p. 158) expõe que “praticamente não há mensagem linguística que não preencha pelo menos uma dessas funções”. Em seu entender, em cada situação comunicativa, uma função predomina e determina a estrutura da mensagem.

A partir dessa conceituação, que envolve a inclusão de mais três elementos no processo de comunicação de Karl Bühler e as funções da linguagem, Roman Jakobson, em uma conferência realizada no ano de 1956, em Moscou, apresentou o modelo que foi um dos pontos de partida para o estudo funcional da linguagem:

CONTEXTO

REMETENTE MENSAGEM DESTINATÁRIO

CONTACTO

CÓDIGO

Fonte: Jakobson, 2001, p. 122

Nesse processo, o remetente, como indica Jakobson (2001, p.123), é quem “envia uma mensagem ao destinatário”, ou seja, o autor está mencionando que esse elemento desempenha a função de enviar uma determinada mensagem para ser decodificada pelo destinatário. O seu objetivo, nesse modelo proposto por Roman Jakobson, representa ser a fonte de interação e, por decorrência, desencadear todo processo de comunicativo entre os

envolvidos. Nesse sentido, Jakobson (2001)) apresenta o remetente como o iniciador da comunicação, aquele cujo principal papel é emitir uma mensagem que seja decodificável pelo destinatário.

Nesse modelo de Jakobson, a função que predomina na linguagem comunicativa centrada no remetente é a emotiva, aquela que, segundo Meunier e Peraya (2008, p. 59), “exprime a atitude, a emoção e afetividade do emissor em relação ao conteúdo de sua mensagem”. Jakobson (2001) aponta que a função emotiva, evidenciada principalmente pelas interjeições, manifesta-se na língua ao nível fônico, gramatical e lexical.

Por outro lado, o destinatário assume o lugar de alvo da comunicação, a outra extremidade do canal, a pessoa destinada a receber a informação. Seu papel, na visão de Jakobson (2001, p.127), é verificar se os envolvidos no processo estão “usando o mesmo código” e, depois, decodificar a mensagem enviada pelo remetente. Isso porque, de acordo com Kadota (2004, p. 68), “aprendemos desde muito cedo que ao dizer algo o fazemos para alguém, por isso é necessário incluir o outro nessa atividade em que buscamos expor nossas ideias”, ou seja, ao transmitir uma mensagem, o remetente procura estabelecer uma comunicação com o destinatário. Nesse caso, como afirma Kadota (2004, p. 68), nesse modelo de comunicação existe sempre “quem emite a mensagem” e “quem recebe a mensagem”:

Ao dizer alguma coisa, devemos articular as idéias (*sic*) com clareza para que esse outro nos entenda, pois em um processo de comunicação, o emissor (quem emite a mensagem) e o receptor (quem recebe a mensagem) deverão estar usando o código linguístico (a língua) de forma acessível a ambos. (KADOTA, 2004, p. 68)

Ainda segundo Kadota (2004, p. 88), a função da linguagem que está centrada no destinatário é aquela designada como “conativa”, utilizada constantemente para provocar uma reação, seja com uma ordem, uma súplica ou simplesmente na tentativa de convencer o receptor. Para isso, Jakobson (2001, p.123) afirma que essa função encontra sua expressão gramatical “no vocativo e no imperativo”, a fim de estabelecer uma comunicação eficiente entre remetente e destinatário.

O código, por sua vez, nas palavras de Jakobson (2001, p.123), compreende a “estrutura verbal de uma mensagem”, composto de regras e estabelecido para a transmissão de mensagens do remetente para o destinatário. Entre os vários códigos existentes, Kadota (2004, p. 68) cita “o Morse, o Braille, o código de trânsito e, principalmente, a língua”. A autora menciona que esses códigos são sistemas de signos, construídos por “convenção” que

visam à transmissão de informações. Além do mais, a autora também aponta que o código pode se apresentar em duas formas: o analógico e o digital.

O código digital “é constituído por dígitos, ou seja, unidades “discretas”. Unidades que se apresentam separadamente, como o alfabeto, as notas musicais, o sistema número, entre outros” (KADOTA, 2004, p. 69). Em contrapartida, o código analógico, assim como afirma Kadota (2004, p. 70), “apresenta-se em um contínuo e contém implicitamente a ideia de simulacro, de imitação”. A autora (2004, p. 69) exemplifica a sua afirmação: “temos o relógio com ponteiros, o mapa, o gráfico, entre outros e as línguas orientais, cujos ideogramas, em oposição ao alfabeto fonético, apresentam uma similaridade com que representam”. No código, conforme Meunier e Peraya (2008, p. 60), predomina a função metalinguística, que “visa à explicação do código, à verificação de que ambos os interlocutores usam o mesmo código”. A função metalinguística, segundo aponta Kadota (2004, p. 70), é, portanto, uma “sobreposição de linguagens”, pois um código sempre aponta para outro código.

A mensagem, diferentemente do código, como aponta Negri (2014, p. 28), é o conteúdo da informação a ser transmitida. Ela é, em outros termos, o objeto da comunicação, o que é desejado passar entre os envolvidos nesse modelo apresentado por Roman Jakobson. Kadota (2004, p. 71) considera que a mensagem “compreende a organização de um assunto em palavras, frases, períodos, ou seja, um encadeamento de signos, de forma a produzir um sentido no processo comunicacional que visa estabelecer”.

No entendimento da autora, trate-se, portanto, da seleção e organização dos elementos da língua para transmitir ideias sobre um determinado assunto entre remetente e destinatário. Ela ainda exemplifica sua afirmação alegando que, de acordo com o repertório do remetente, o nível expressivo poderá ser mais ou menos elevado. Na mensagem, desse modo, a função centrada nesse elemento comunicativo é a poética, uma função que é voltada para ela mesma.

Kadota (2004, p. 71) justifica a sua explanação da seguinte forma a “preocupação primeiro se desloca do enunciado para enunciação, ou seja, para a qualidade da organização da mensagem, para o ritmo e a sonoridade do texto”, isto é, é a função relacionada à construção da mensagem, à elaboração do conteúdo a ser enviado do destinatário para o remetente.

Na compreensão de Holenstein (1978, p. 168), essa é uma das funções mais complexas e importantes do processo de comunicação, um campo da linguística a que Roman Jakobson dedicou parte da sua vida:

Para Jakobson, a poesia constitui o campo onde descobriu e estudou os mais importantes princípios da linguística estrutural: a autonomia da linguagem, o caráter estrutural acentuado da linguagem (a interdependência do todo e das partes), o papel da apercepção ou da orientação, a interdependência de som e sentido e das estruturas prosódica (métrica) e gramatical, os dois eixos da linguagem, a multiplicidade das funções linguísticas. (HOLENSTEIN, 1978, p. 168)

Apesar disso, Holenstein (1978) diz que a função poética não está isolada e não está exclusivamente ligada à poesia, pois ela é apenas o fator predominante e determinante da sua estrutura nessa função específica. Holenstein (1978) considera que as outras funções não estão necessariamente ausentes nos textos considerados poéticos, elas apenas desempenham um papel subordinado, assim como a função poética não está ausente nos outros gêneros textuais, por exemplo, em slogans, em discursos políticos e em discursos comemorativos.

Já o contexto, conforme Jakobson (2001, p. 123) é “a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização”. Em outros termos, o contexto é a razão da comunicação, o tema, o elemento que desencadeia todos os processos comunicativos entre remetente e destinatário. O contexto é, portanto, segundo assegura Kadota (2004, p. 72) “aquilo a que se refere na questão proposta: seja a ecologia, a violência, a data de um evento, a receita de um prato. É, enfim, o motivo da comunicação”, o elemento que faz com que o remetente inicie uma comunicação com o destinatário.

No contexto, a função que predomina é a referencial; é apresentado por Holenstein (1978, p. 160) como aquele que “serve para designar objetos e atribuir-lhes significações”. Nessa mesma direção, Kadota (2004, p. 81) afirma que essa função é utilizada para transmitir “conhecimentos de ordem lógico-discursiva sobre determinado objeto”, normalmente encontrada na comunicação informacional, didática ou teórica.

Por último, há ainda o contato, definido por Jakobson (2001, p. 123) como “um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação”. Conforme Jakobson (2001), para que a comunicação ocorra, além dos fatores psicológicos dos envolvidos, é essencial um canal que propicie a veiculação da mensagem, ou seja, um suporte que possibilite a transferência das informações do remetente ao destinatário. Kadota (2004, p. 73) alega que “Esse canal poderá ser, entre outros, a voz, a folha impressa, a tela do computador”, além de outros suportes que possibilitem a transferência da informação do remetente ao destinatário. No ponto de vista de

Kadota (2004, p. 73), a mensagem sempre conta com “suporte ou canal que possibilitará a sua concretização como linguagem”, o que permite que a comunicação ocorra de forma efetiva.

Segundo Meunier e Peraya (2008, p. 60), o contato acontece, sobretudo, por meio da função fática, que é definido pelos autores como: “tudo o que numa mensagem serve para estabelecer e manter o contato entre o destinador e o destinatário; trata-se, essencialmente, de tornar a comunicação efetiva e mantê-la”. Meunier e Peraya (2008, p. 60) apontam que, normalmente, essa função é expressa por meio de expressões exclamativas, vazias de sentido, apenas com o objetivo de manter uma relação entre remetente e destinatário.

Convém ainda assinalar, como apontam Meunier e Peraya (2008, p. 60), que nenhuma mensagem e nenhum componente comunicativo limitam-se à expressão de uma única função específica no processo de comunicação, isto é, todas as funções coexistem em maior e menor grau, mas há sempre a predominância de uma função em situações comunicativas. Isso ocorre porque, conforme os autores (2008, p. 60), “A distinção de vários tipos de mensagens segundo sua função predominante encontra uma formulação mais coerente na análise do funcionamento dos discursos que identifica tipos de discursos e gêneros de textos”. Além disso, eles ainda afirmam que não existe um grau de importância maior ou menor das funções, esse tipo de hierarquia não foi citado em seus estudos sobre a comunicação e nem prevalece em pesquisas posteriores relacionadas ao nome de Roman Jakobson.

Nessa perspectiva teórica, Jakobson (2001, p. 123) descreveu o seu modelo de comunicação nos seguintes termos:

O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou "referente", em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTATO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.

Nesse modelo de Roman Jakobson, que orienta muitas teorias da comunicação, observamos que, desde que todos os elementos estejam postos, partilhados em sintonia, é possível prever o sucesso na comunicação, como aponta Kadota (2004, p. 75) em sua afirmação: “Esses elementos deverão estar muito presentes quando da elaboração de um texto para que os objetivos sejam atingidos”, ou seja, eles precisam estar organizados na sequência proposta por Roman Jakobson para que o processo comunicativo ocorra de forma efetiva.

A partir dessa observação, passamos a nos questionar sobre o que poderia interferir neste modelo proposto por Roman Jakobson: o que realmente afetaria o processo comunicativo entre o remetente e o destinatário? O que poderia perturbar essa relação aparentemente perfeita entre os envolvidos? E quais efeitos ocasionariam na comunicação? Foi então que encontramos uma possível resposta na citação de Kadota (2004, p. 75), quando a autora afirma que o remetente precisa “afastar todo e qualquer ruído, pois este poderá impedir parcialmente ou até em sua totalidade a comunicação” entre as partes envolvidas no processo comunicativo.

Nesse sentido, o ruído assume a função de interferência, isto é, um elemento que impede a transferência da mensagem. Kadota (2004, p. 21), baseado no modelo de comunicação Roman Jakobson, afirma que o ruído é representado por “toda interferência – que se torna prejudicial à comunicação que se pretende estabelecer”. Nessa abordagem, o ruído é elemento indesejado, impróprio, algo que impede a comunicação entre o remetente e o destinatário. Para Rüdiger (2004, p. 9), “a interferência ou ruído é criada por todos os fatores que, embora não pretendidos pela fonte, acrescentam-se ao sinal durante o processo de comunicação”.

Pode-se, então, dizer, conforme os autores, que o ruído seria todos os elementos que perturbariam e dificultariam a compreensão do destinatário, como, por exemplo, uma voz baixa, um som desagradável aos ouvidos, uma palavra escrita errada, um borrão em uma imagem, um erro de concordância verbal ou até uso de letras pequenas demais para o leitor.

A partir desses enfoques apresentados sobre o ruído, começamos a fazer novos questionamentos: será que o barulho do panelaço representa esse ruído da Teoria da Comunicação? Houve uma interferência comunicativa entre Dilma e seus destinatários? O barulho realmente foi um fator inibidor? E, finalmente, esse ruído tem as mesmas características do barulho do panelaço?

Ao refletirmos sobre essas questões ligadas ao panelaço, baseada na leitura da Teoria da Comunicação de Roman Jakobson, podemos observar que realmente existe uma semelhança entre o barulho e o ruído, principalmente por ambos representarem elementos que atrapalham o processo comunicativo. Olhando para o nosso objeto, o barulho é a representação de um conjunto de sons desagradáveis e perturbadores, que dificultam a troca de informação entre a presidenta e a população brasileira, ou seja, os sons das panelas dos manifestantes podem hipoteticamente simbolizar este ruído, pois são perturbações auditivas que irritam determinados destinatários e até interferem na decodificação da mensagem.

Esse ruído, como conceituado pelas Teorias da Comunicação, apresenta-se, desse modo, como um obstáculo, um empecilho no ato comunicativo. De acordo com Pimenta (2002, p. 26), o ruído tende a ser uma “barreira”, ou seja, sons que dificultam a interação. Isso significa dizer que, pelo viés da Teoria da Comunicação, o barulho do panelaço representaria, no episódio do panelaço, aquilo que atrapalhou a comunicação entre o remetente, que naquela circunstância comunicativa era a presidenta Dilma, e o destinatário, que eram os telespectadores dos canais de televisão e os ouvintes das emissoras de rádio, ou seja, seria uma falha na comunicação entre um e outro, um som que interferiu na produção da mensagem e pôde ter danificado/comprometido o processo de interação.

Conforme Kadota (2004, p. 75), as consequências ocasionadas por um determinado ruído podem ser muito danosas, pois “prejudicam a qualidade da informação, ou mesmo comprometendo-a, de forma irremediável”. Nesse caso, o barulho, quando comparado ao ruído, além de interferir, pôde também modificar e até danificar a mensagem do pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff. Desse modo, o conteúdo do pronunciamento não chegaria ao destinatário de Dilma, que, naquele determinado momento, era a população brasileira.

Nesse sentido, com base nos pressupostos da Teoria da Comunicação de Jakobson, compreendemos que esse barulho produzido no dia internacional da mulher não seria um elemento carregado de sentidos e significações, resumir-se-ia a um fator inibidor do processo comunicativo, uma barreira, uma interferência, um elemento que impede por completo a transmissão de informação entre o remetente e o destinatário. No entanto, para nós, o barulho ocasionado pelas batidas em painéis nas sacadas dos prédios, no momento do pronunciamento de Dilma Rousseff, parece nos dizer mais do que apenas uma perturbação no dizer, pois, embora tais contribuições das Teorias da Comunicação tenham oportunizado novas perspectivas para os estudos da linguagem, essa corrente teórica nos faz entrar em um ponto-chave deste estudo: será mesmo que esse barulho não está dizendo nada? Ele é apenas uma barreira? Ou ele está, na verdade, produzindo efeitos de sentido naqueles que são afetados pelo barulho?

É por gerar essas dúvidas que essa concepção de ruído das Teorias da Comunicação ainda parece ser insuficiente para explicar esse fenômeno denominado barulho em nosso estudo, pois o apresenta apenas como uma barreira sonora que dificulta a comunicação entre as partes envolvidas, mas não aborda outros aspectos da comunicação e da linguagem, como a produção de sentidos, a relação com a exterioridade e seus efeitos nos destinatários. O barulho, pelas Teorias da Comunicação, sugere um som que impede a boa

recepção de algo desejado. Entretanto, é um elemento involuntário, que surge repentinamente na comunicação. O barulho do panelaço, contudo, é uma produção voluntária, uma manifestação de indignação do povo, um contraponto à fala da presidenta Dilma.

Desse modo, na próxima seção, como ponto de partida, propomo-nos a tratar do barulho do panelaço a partir dos estudos da Análise do Discurso, com o intuito de ampliar esse conceito de barulho e o analisá-lo por meio de outra perspectiva teórica. Entretanto, devemos esclarecer que o trabalho de Roman Jakobson, além de outros apresentados neste capítulo, foram essenciais para ampliar os conhecimentos linguísticos e os comunicativos em diversas áreas de atuação. Porém, em nosso estudo, ainda indicaram limitações para a progressão da pesquisa sobre o panelaço.

5 DISCURSO OU RUÍDO? UMA QUESTÃO PARA ANALISAR.

Pela perspectiva da Análise do Discurso, a comunicação é compreendida de outro modo. Conforme Orlandi (2001), não se trata de entender a linguagem como um processo, mas como uma prática social e ideológica do sujeito. Para a autora:

Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre o emissor e o receptor, nem tampouco eles atuam em sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. [...] Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas [...] (ORLANDI, 2001, p. 21),

No seu ponto de vista, o conceito de comunicação, diferentemente do que é apresentado pelos autores citados no capítulo anterior, não se limita ao processo de decodificação de mensagem e de troca de informações, tampouco existe uma separação entre o remetente e o destinatário. Esses elementos não estão separados de forma estanque e nem esses processos comunicativos ocorrem de modo sequencial, ou seja, serializado:

Não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo serializado; alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. (ORLANDI, 2001, p. 21)

Segundo a autora, no funcionamento da linguagem, o que existe não é somente uma relação de troca de informações, mas um complexo processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos. Nesse funcionamento, o que ocorre são processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação e de construção de realidade.

Nessa concepção teórica, a comunicação, portanto, “distancia-se do modo como o esquema elementar dispõe seus elementos” principalmente do modelo proposto por Roman Jakobson (2001), pois, para a autora, os dizeres não são “apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz.” (ORLANDI, 2005, p. 21)

Com essa visão sobre a linguagem, Orlandi (2005) se posiciona como uma estudiosa da Análise do Discurso, uma teoria constituída como uma forma de intervenção, que visa a combater o formalismo linguístico, bem como apresentar uma tendência revolucionária dos estudos sobre a linguagem. Ferreira (2005) ressalta que a Análise do Discurso não trabalha com a língua como algo transparente, autônomo, eminente. Para Ferreira (2005, p. 17), a língua do analista do discurso “é a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na

língua”. Por acreditar que a língua tem um aspecto falho, repleto de brechas, rompimentos e, conseqüente, equívocos, a autora sugere que os estudos da Análise do Discurso contêm esse caráter revolucionário pelo modo como os estudiosos da teoria abordaram o papel da linguagem e as questões linguísticas, bem distantes de outras disciplinas e teorias com concepções formalistas e categóricas.

Com esse posicionamento em relação à língua, é que Análise do Discurso institui-se como uma nova disciplina de pesquisa sobre a linguagem e sobre o sujeito. Uma disciplina que se distancia dos modelos da teoria da comunicação, uma vez que delimitou seu interesse sobre o discurso, tratando-o como um objeto sócio-histórico, conforme aponta Orlandi (1996, p. 44):

É, finalmente, isso que define a necessidade de uma nova disciplina e a instituição de um novo objeto. É a noção de discurso, que vai tornar possível, na análise da linguagem, qualquer que seja seu domínio, as reflexões sobre o sujeito e a situação. Na abertura produzida pela análise de discurso, e em especial pela reflexão de M. Pêcheux, o discurso é uma noção fundadora.

Desse modo, a partir das concepções teóricas da Análise do Discurso, não se poderia compreender a linguagem como um modelo de transmissão e de decodificação de mensagens em que todos os elementos são estáveis e têm suas funções determinadas, bem como todos os sentidos serem transparentes e todas as mensagens serem claras, pois, para Orlandi (2001, p. 21):

A Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Nessa abordagem, o que a autora sugere é compreender a língua “fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p. 16). Para ela, os estudos discursivos não tratam da linguagem como um sistema meramente comunicativo ou de um estudo formal sobre a gramática, mas sim do discurso. Explica (2005, p. 15):

[...] como o próprio nome indica, não trata da língua, nem da gramática, embora todas essas coisas lhe interessam. Ela trata do discurso. É a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Além disso, como já mencionamos, a autora não entende a comunicação como um esquema ou modelo, o que estabelece um contraponto com o modelo de Comunicação de Roman Jakobson; de acordo com Orlandi (2005, p. 21), “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar”, ou seja, nem tudo é feito de forma serializada e nem tudo serve para comunicar, mas, de certo modo, acaba comunicando. Com isso, compreendemos que até a tentativa de impedir ou de intervir na comunicação pode produzir inúmeros efeitos de sentido.

Nessa perspectiva, começamos a observar o panelaço de outro modo. Dessa vez, não apenas como uma sucessão de sons que interferiu na comunicação entre a presidenta Dilma Rousseff e os brasileiros, mas também como algo que produziu processos de significação e modificou o seu dizer. Afinal, de acordo com Orlandi (2005), a Análise do Discurso não trabalha exclusivamente com o verbal (o linguístico), porque a teoria abrange a linguagem em sua complexidade e em sua multiplicidade, isto é, aceita a existência de diferentes categorias de linguagens e de expressividades do homem.

Dessa forma, a teoria preconiza uma análise mais profunda que investigar pequenas construções linguísticas, como frases, orações, sentenças textuais, mas pretende ir muito além, ou seja, chegar exatamente aonde desejamos: no barulho provocado por sujeitos discursivos. Isso devido ao fato de que, como afirma Orlandi (2005, p. 62), “devemos dizer que a análise de discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc”, o que, certamente, credencia um estudo sobre o barulho e seus processos discursivos em determinadas condições de produção.

Com isso, passamos a compreender o panelaço do dia internacional da mulher, episódio que movimentou tantas questões sociais, políticas, culturais e econômicas, de um modo pouco abordado pelas Teorias da Comunicação. Em nossa compreensão, não se trata do ruído conceituado pelos estudiosos da comunicação, um elemento que impede a comunicação entre o remetente e o destinatário, mas de um discurso barulhento que produz efeitos de sentido, mesmo que seja na forma de sons de panelas e de vaias.

Desse modo, em Análise do Discurso, o barulho não representa uma falha no processo comunicativo, algo indesejado na comunicação, como posto por alguns autores da Teoria da Comunicação, mas de uma maneira particular de os sujeitos significarem em determinadas situações discursivas. O barulho, nesse caso, diferente do ruído, torna-se a mensagem, uma forma própria de significar, de produzir efeitos de sentido, de manifestação da linguagem.

Nesse domínio teórico, portanto, procuramos tratar dos processos de constituição do fenômeno linguístico. A linguagem, em muitos momentos históricos tratada como um sistema e um modelo fechado de troca de informação, passa a ser compreendido, pela Análise do Discurso, na relação que há entre o homem e realidade natural e social, ou seja, não se trata apenas da investigação de processos comunicativos, mas, acima de tudo, de compreender o funcionamento do barulho como um trabalho histórico e político da linguagem. Um trabalho que envolve, sobretudo, as relações sociais e históricas do homem.

Dessa forma, nos próximos capítulos, nossa proposta é refletir o barulho do panelaço no Brasil como um discurso, que produz efeitos de sentido e tem relações históricas com outras manifestações na América Latina. Conforme Orlandi (2005), os sentidos, “já-ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito” sobre o que é dito na atualidade. Em outro modo de dizer, o barulho do panelaço, mesmo que produzido recentemente no Brasil, tem traços de discursos anteriores, como os discursos dos panelaços no Chile e na Argentina. Para realizar tal percurso, analisaremos algumas situações discursivas coletadas ao longo de nosso processo de pesquisa, retiradas de portais de notícias e de livros de história.

6 OS PANELOS NA AMÉRICA LATINA E A MEMÓRIA DISCURSIVA

Como já mencionamos neste estudo, o painel, ao longo dos anos, tornou-se uma prática política recorrente no mundo, sobretudo em países da América Latina, como Argentina, Venezuela, Colômbia, entre outros. No Brasil, como observamos, essa prática se tornou mais comum recentemente, após o pronunciamento oficial de Dilma Rousseff, realizado dia 8 de março de 2015, quando a presidenta fez uma homenagem às mulheres brasileiras e propôs soluções para superar a crise econômica enfrentada pelo Brasil, mas foi criticada por meio de xingamentos, gritos e sons de painéis.

Pelos princípios e procedimentos da Análise de Discurso, essa semelhança ocorre, porque, segundo Pêcheux (2014, p. 154), todo discurso tem uma memória, chamada pelo autor de interdiscurso enquanto pré-construído: “que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui” “como sujeito falante” do seu discurso. Pode-se dizer, então, que o interdiscurso corresponde ao “sempre-já-ai” da interpelação ideológica que, de acordo com Pêcheux (2014, p. 151), “fornece-impõe a “realidade” e “seu sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”)

Orlandi (2005, p. 13), a partir das leituras de Michel Pêcheux, define o interdiscurso como: “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Explica que (2005, p. 31) o interdiscurso é “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra”. Nessa perceptiva, entendemos que os sentidos não nascem nos sujeitos, pois, pelo viés da Análise do Discurso, eles são sempre atravessados por outros discursos que foram produzidos em outras condições de produção, isto é, os sentidos sempre atravessam o sujeito, sempre são anteriores ao sujeito, como aponta Indurky (2002, p. 102):

E o sujeito [...] afetado pelo esquecimento, ao apropriar-se destes saberes, o faz a partir da ilusão de que tais saberes se originam nele mesmo, quando, de fato, eles representam já-ditos que foram produzidos em outros discursos, em outros lugares, os quais são retomados de sua dimensão vertical, de-sintagmatizada, deslinearizada e inscritos no discurso do sujeito que, ao deles se apropriar, dá-lhes uma dimensão horizontal, sintagmatizada, ou seja, o sujeito lineariza esses saberes, os enunciados, em seu discurso, dando-lhes uma formulação própria, inscrevendo, dessa forma, seu discurso na repetibilidade.

Pêcheux (2005), ainda acrescenta que toda formulação discursiva só é possível na confluência de dois eixos: o interdiscurso e o intradiscurso. De acordo com o autor (2005, p. 153), o intradiscurso refere-se ao funcionamento do discurso com relação a si mesmo “(o

que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois, portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito”.

Para Orlandi (2005), o eixo horizontal – o intradiscurso – é referente ao que o sujeito diz em determinado momento, em condições dadas. Sobre esse eixo, Indursky (2003, p. 103) salienta que é “onde se encontra a formulação do sujeito”:

[...] os saberes mobilizados pelo sujeito, em seu discurso, passam também a existir no interior de uma estrutura horizontal que corresponde ao intradiscurso, onde se encontra a formulação do sujeito, que consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização. Vale dizer que o enunciado remete para a existência vertical da estrutura e a formulação para sua existência horizontal. E mais: a estrutura vertical sinaliza a existência anterior do enunciado, enquanto a formulação indica uma forma atualizada do referido enunciado. (INDURSKY, 2003, p. 103)

O eixo vertical, como já mencionado, corresponde ao interdiscurso, ou seja, ao saber discursivo que torna o dizer possível e que disponibiliza os saberes para a constituição desse dizer. Conforme Orlandi (2005), é nessa relação entre o já-dito (interdiscurso) e o que se está se dizendo (intradiscurso) que é possível a produção do discurso. Desse modo, podemos entender que a constituição do discurso, sempre determinada pela relação interdiscurso (memória) e intradiscurso (formulação em determinado contexto), só acontece, porque o sujeito recorre aos sentidos já ditos e produzidos em outras situações discursivas, assim como reformula essas informações e reproduz em diferentes condições de produção.

Em Análise do Discurso, a formulação discursiva é produzida no ponto em que o interdiscurso encontra-se com o intradiscurso. É nesse encontro, nesse fluxo, que se instaura o enunciado. É nesse momento, portanto, que os sentidos são constituídos e produzidos pelo sujeito discursivo, como menciona Indursky (2003, p. 103):

Redizendo isto: este ponto de encontro é onde o enunciado, proveniente na estrutura interdiscursiva, pelo viés da repetição, é inscrito na estrutura do discurso do sujeito, no intradiscurso. E nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o efeito de memória: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados.

Em nosso estudo, isso significa dizer que, pelo eixo vertical, determinado pelo interdiscurso, podemos observar as relações ideológicas, sociais, econômicas e históricas do painel do Brasil com outros painéis da América Latina, principalmente entre os países vizinhos do Brasil, como Chile e Argentina. Pelo outro eixo, horizontal e determinado pelo

intradiscurso, podemos destacar outros aspectos discursivos, como a formulação desse discurso barulhento e sua relação com as condições de produção atuais no Brasil.

Nessa direção, podemos compreender que, durante os processos constitutivos do painel no Brasil, possivelmente houve uma retomada de sentidos, um resgate de painéis anteriores realizados na América Latina, bem como uma movência, um deslocamento, isto é, transformações nos processos de significação.

Segundo Orlandi (2005), a produção discursiva do sentido se encontra exatamente entre a tensão desses dois polos opostos, que são: aquele do repetível (da identidade, da reprodução, que assegura a estabilidade de forma lógica do enunciado, denominado paráfrase, e aquele da alteridade (da diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento e de deriva evocados), reconhecido como polissemia.

Esta tensão entre o mesmo e o diferente é o que constitui as várias instâncias da linguagem. Aí se situa a relação entre a variação, a multiplicidade inerente à linguagem e a sua contenção. Expressa-se assim o conflito entre o garantido, institucionalizado, o legítimo, e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, se institucionalizar. (ORLANDI, 2005, p. 20)

É por haver essa tensão – entre o retorno aos mesmos espaços discursivos (paráfrase) e uma ruptura na estrutura da significação (polissemia) - que algo pode permanecer, assim como mudar e surgir diferentes formas e modos de significar. Orlandi (2005) defende, portanto, que os processos parafrásticos são todos aqueles que retornam aos mesmos espaços do dizer, isto é, o dizível. Em contrapartida, os processos polissêmicos são aqueles referentes ao deslocamento, à ruptura, ao diferente, ao possível.

Neste estudo, essas questões de permanência e de transformação são de grande interesse, pois apontam que algo permaneceu, como também mudou no painel do Brasil em comparação aos painéis do Chile e da Argentina, uma vez que, como diz Orlandi (2005, p. 36), “os sentidos e os sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre os mesmos, mas, ao mesmo tempo, sempre outros”. Portanto, nas seções que seguem, vamos tratar de alguns pontos levantados até então e fazer as devidas relações discursivas entre os painéis históricos na América do Sul. A nós interessa *como* esses processos discursivos do painel ocorrem, quais relações têm com outros painéis passados e, acima de tudo, para onde correm (deslocamentos ou permanência) na atualidade.

6.1 O MOVIMENTO DAS PANELAS VAZIAS: UM EFEITO INAUGURAL.

Como mencionamos anteriormente, qualquer discurso faz trabalhar a memória, pois, segundo Orlandi (2005, p. 32), as formulações discursivas de um sujeito são constituídas pelas filiações de sentidos em outros dizeres. Isso porque, conforme Orlandi (2005, p. 32), o discurso se inscreve em uma extensa rede de formulações que precede a sua constituição e interfere na produção dos sentidos: “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”. Em outras palavras, o que é dito em outro lugar acaba por significar em nossas palavras.

No caso do painelão do dia internacional da mulher, não é diferente, uma vez que esse tipo de prática discursiva ocorre há muitos anos na América do Sul e em outros países da Europa. Neste estudo, essa historicidade do painelão é um ponto inicial para compreendermos como esse modo de manifestação foi constituído discursivamente no Brasil e quais foram os efeitos de sentido após o dia 8 de março de 2015.

Desse modo, após estudarmos diversos episódios de painelão ao redor do mundo, descobrimos que a primeira manifestação barulhenta noticiada no mundo foi o movimento da *Marcha das Panelas Vazias*, ocorrido em 1971, quando inúmeras mulheres foram às ruas de Santiago protestar contra a escassez de comida em seus lares. De acordo com Winn (2010), a *Marcha das Panelas Vazias*, como ficou conhecido o movimento, representava a insatisfação das mulheres da classe alta contra o governo de Allende, que estava com dificuldade de equilibrar a inflação e outras dificuldades econômicas:

[...] em sua maioria por mulheres de oposição pertencentes às classes média e alta, para protestar pela suposta escassez de alimentos que praticamente não existia no final de 1971, mas que se tornaria cada vez mais séria durante o ano seguinte, justamente com a aceleração da inflação e outras dificuldades econômicas. (WINN, 2010, p. 20)

Liderado pela fazendeira Carmen Saenz Terpelle, a *Marcha das Panelas Vazias* foi o primeiro painelão noticiado na história, manifestação que ganhou as páginas de muitos jornais da época. Carmen Saenz Terpelle²⁷, em entrevista ao jornal Estadão, assumiu que liderou o movimento e fez esse protesto porque estava sofrendo com a desapropriação de suas terras e com a escassez de comida:

²⁷ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,panelacos-um-legado-da-elite-chilena,1659890>>
Acesso em: 6 jul. 2015.

Sd¹: Acho que (o panelaço) foi um alarme que concentrou tudo o que significava o descontentamento nessa época. Campos desapropriados, escassez de pão. Era preciso fazer fila para tudo.

Ao observar essa sequência discursiva, notamos que, para o sujeito discursivo, os sons das panelas significavam um alerta à escassez de comida, à ausência de comida no prato, um som que sinalizava uma carência de mantimentos. Desse modo, o barulho, em nosso entendimento, tinha um *efeito discursivo de alarme*, ou seja, ele não era somente um barulho para chamar a atenção de Salvador Allende e produzir certa perturbação em seus apoiadores, mas também uma discursividade que anunciava a insatisfação da classe média e alta chilena contra a política socialista de Salvador Allende. Era um sinal para advertir sobre a ameaça de algum perigo que viria incomodar ainda mais os chilenos.

Esse perigo era o mal que Salvador Allende faria ao Chile se continuasse no poder. O sujeito compreendia que, com Allende na presidência do país, os chilenos continuariam sofrendo com as medidas radicais do presidente. O sujeito acreditava que tirar a terra das pessoas mais privilegiadas, como dela e de suas companheiras de movimento, não era a medida mais correta tomada pela autoridade máxima do Estado. Pelo contrário, em sua interpretação, essa situação podia piorar e desencadear atitudes ainda mais radicais de Allende.

Nesse caso, compreendemos que uma das funções do barulho nesse episódio inaugural de panelaço é sua função de alertar a respeito de algum problema social e econômico em uma determinada condição de produção. Esse *efeito discursivo de alarme* produz sentidos de que algo está por vir, algo está chegando, algo acontecerá em breve. Nesta análise, entendemos que esse efeito é que carrega consigo o sentido de que “o perigo chegou”, “o perigo está aí”, “alerta já”, “é preciso fazer algo”, “acorda, Chile”. Esses sentidos servem para alertar sobre outros problemas que poderiam ocorrer caso Allende continuasse no cargo de Chefe de Estado.

Além disso, em entrevista ao jornal Estadão, o sujeito discursivo mencionou outros motivos de ter participado do panelaço:

Sd²: Allende foi três vezes candidato. Na terceira, caiu. Não era partidário dele, mas sim de Jorge Alessandri (presidente de 1958 a 1964, derrotado em 1970 por Allende por 36,6% a 35,3), que pôs em seus ministérios gente de todos os partidos. Já o senhor Allende, o que fez primeiro foi expropriar as propriedades rurais. Nisso caiu minha mãe, caí eu, caiu minha sogra, caímos todos.

Com essa outra sequência discursiva, podemos observar que se trata de um discurso marcado pelos ressentimentos e pelo repúdio ao Partido Comunista de Salvador

Allende, uma vez que o sujeito discursivo assume uma postura política contra o ex-presidente da república do Chile e suas medidas políticas, sociais e econômicas. De acordo com Alegría (1983), havia medo por parte da população e, principalmente, dos Estados Unidos da América de um domínio político comunista no país. Conforme Alegría (1983, p. 56), Nixon colocou “todos os obstáculos possíveis – legais e ilegais – para impedir a ascensão ao poder de uma coalizão marxista. Para Nixon, como para a direita chilena, o nome é o de Allende.”

Nessa sequência discursiva, podemos observar marcas de uma *diabolização* do comunismo. Segundo Indursky (2003), a *diabolização* é o sentido de perversidade que essa palavra carregou e ainda carrega ao longo dos anos, devido aos acontecimentos da Guerra Fria e da forte oposição histórica da Igreja Católica contra o comunismo. Essa *diabolização* é sinalizada pela formulação discursiva que acusa o presidente Salvador Allende de expropriar as propriedades rurais, um ato rebelde, uma atitude de grupos rebeldes, de baderneiros, ou seja, de “comunistas radicais”.

Essa formulação, embora um tanto sintética, apresenta vestígios sobre o imaginário social chileno daquela época, que já continha uma carga negativa sobre o comunismo, uma vez que ela é constituída a partir de já-ditos historicamente cristalizados, isto é, o discurso é produzido pela retomada de paráfrases discursivas que remetem à *diabolização* dos comunistas e dos seus princípios ideológicos. Em outros termos, o comunismo é tomado como um mal, como perverso, pois a formulação do sujeito representa um conjunto de reformulações de enunciadores anteriores que *demonizavam* o comunismo.

Em sua entrevista ao Jornal Estado de S. Paulo, Carmen Saenz Terpelle ainda complementa que:

Sd³: Mandava minhas empregadas para a fila. Mas muitas vezes tive que fazer fila pela carne. Como por sorte tenho uma fazenda, de vez em quando me mandavam carne daqui do campo para Santiago.

Nesta Sd³, outro ponto nos chamou atenção: as marcas sociais apresentadas no discurso, ou seja, as marcas hierárquicas que aparecem no depoimento. Ao observar essas palavras, notamos que o sujeito apresentou detalhes da sua posição social, quando especificou que tinha fazendas e empregadas, situação privilegiada entre muitos chilenos daquela época. O sujeito assumiu, desse modo, que pertencia à classe dos proprietários, dos burgueses, uma alta sociedade que sofria com a política de distribuição de terras do Partido Comunista Chileno.

Com isso, podemos identificar que, conforme Brandão (2014, p. 3), todo discurso “produz sentidos que expressam posições sociais, culturais e ideológicas dos sujeitos da

linguagem. Às vezes esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não”. No movimento *Marcha das Panelas Vazias*, essas posições sociais, culturais e ideológicas assumidas por Carmen Saenz Terpelle em seu discurso apontam para uma direção importante: a luta de classes travada naquele contexto histórico.

Segundo Orlandi (2005), uma análise procura relacionar formulações discursivas distintas, que se pode ter delineado no jogo dos sentidos, isto é, investigar um determinado estado de contradições ideológicas em uma conjuntura histórica. Isso nos leva a refletir que o discurso da *Marcha das Panelas Vazias*, analisado a partir da Sd³, leva em direção às lutas de classes de duas frentes ideologicamente opostas que havia naquela época: o comunismo de Allende e as frentes de direita.

Conforme Alegría (1983, p. 70), nessa luta ideológica, de um lado estavam os “colonos do sul, os mineiros da Cordilheira, os pescadores de Chiloé, os coletores do deserto”, Do outro lado, estavam as corporações profissionais, compostas por advogados, médicos e engenheiros, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Câmara do Comércio, a Sociedade de Fomento Fabril, além do Movimento Poder Feminino, aquele a que Carmen Saenz Terpelle e outras mulheres de classe alta pertenciam.

Nessa luta, de acordo Alegría (1983, p. 68), a ultradireita era extremamente ativa e comandou um ataque ao “general-em-chefe do Exército, René Schneider, conhecido por sua atitude constitucionalista”. Esse ataque gerou uma grande reação do Exército, que expressou seu apoio ao Congresso e começou imediatamente a apoiar o presidente Salvador Allende.

Com a luta anunciada entre os apoiadores de Allende e seus opositores de direita, ocorreram diversas disputas no Chile, tanto militares, sociais, econômicas, como ideológicas. Dentre os movimentos criados pela oposição contra Salvador Allende, Alegría (1983, p. 73), em tom de crítica, menciona a *Marcha das Panelas Vazias* da seguinte forma:

Sd⁴: As damas do bairro alto, senhoras de encapotada arrogância, saíram pelas ruas do centro de Santiago batendo em suas panelas vazias para protestar contra a escassez de alimentos. Em suas casas de vários andares e cômodos reluzentes, os artigos de primeira necessidade e os luxos empanturravam as despensas e as geladeiras.

Segundo Pêcheux (2014, p. 146): o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, de uma dizer, “não existe “em si mesmo”, (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico”.

Na Sd⁴, pudemos observamos melhor o que Michel Pêcheux mencionou sobre essa questão. Ao analisar essa sequência discursiva, notamos que algumas palavras têm

sentidos diferentes para Carmen Saenz Terpelle e para Alegría (1983, p. 73). Alegría (1983), amigo íntimo de Salvador Allende e comunista assumido, ao notar que muitas mulheres ricas chilenas participaram da manifestação, produziu um discurso de deboche, de sátira, de zombaria, pois essas seriam as pessoas que “menos” precisariam protestar no Chile naquela época, ou seja, a classe menos afetada com os problemas econômicos e sociais sofridos pelos chilenos.

Com isso, podemos verificar não apenas o desprezo de Alegría (1983) por essas mulheres e por suas panelas vazias, mas uma contradição ideológica de classes que se inscreve na esfera discursiva, quer dizer, o que observamos é um sujeito marcado interdiscursivamente pelas posições ideológicas de esquerda, um sujeito que, interpelado pelas ideias e concepções de esquerda, manifesta-se contrário aos protestos do Movimento Poder Feminino.

Carmen Saenz Terpelle, por sua vez, atravessada discursivamente pelas formulações conservadoras da direita chilena, ou seja, pelas *marcas do interdiscurso* que apoiavam os dizeres conservadores, mostrava-se contrária ao governo de Salvador Allende e sua política de distribuição de terras. Em seu entender, o governo de Allende não tinha as condições necessárias para conseguir progredir naquela época:

Sd⁵: Mas acho que íamos a passo muito firme para chegar ao que é Cuba hoje em dia.

Além do mais, o sujeito discursivo, em sua posição de mulher privilegiada, de alta classe, abalada economicamente pelas medidas do governo de Salvador Allende, defendia um país governado pelo conservadorismo da família Alessandri, uma vez comandado por Jorge Alessandri (de 1958 a 1964) e por seu pai, Arturo Alessandri Palma, em duas ocasiões (de 1920 a 1925 e 1932 a 1938), político sobre o qual Alegría (1983, p. 15) manifestou determinados conflitos ideológicos:

Chamava-se Arturo Alessandri Palma e, ao compasso do Cielito Lindo, chegou ao poder em 1920. Durante quatro anos de governo limitou-se a cantar, mas sua melodia não foi um embalo para o povo e sim uma melopeia para o imperialismo e seus administradores. (ALEGRÍA, 1983, p. 15)

Na Sd⁴, Alegría (1983), por outro lado, estabelece uma relação com a rede de formulações ligada ao comunismo e retoma sentidos sobre igualdade, justiça e fraternidade. Em outros termos, ele resgata as formulações discursivas da luta do proletariado – representado pela figura simbólica de Salvador Allende - contra a burguesia – figurado pelas

mulheres de alta classe do Chile - para produzir seu enunciado e criticar o movimento liderado por Carmen Saenz Terpelle.

Na formulação de Alegría (1983), sobre a *Marcha das Panelas Vazias*, o que observamos, portanto, não foi apenas a ironia do seu dizer, mas o resgate aos já-ditos inscritos no interdiscurso, marcados pelas posições ideológicas contrárias às formulações conservadoras de Carmen Saenz Terpelle e das mulheres do Movimento Poder Feminino, para poder produzir um discurso em defesa de Salvador Allende.

Com esses discursos, podemos reafirmar o quanto todo dizer é ideologicamente marcado. Segundo Orlandi (2005, p. 38), “É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras do sujeito. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia”. Isso significa dizer, portanto, que no painelço, inicialmente, tratava-se de um discurso marcado pelas posições contrárias ao governo do presidente Salvador Allende, ou seja, os dizeres de Carmen e suas parceiras de panelas vazias sinalizavam que a direita pretendia recuperar suas terras e ter suas mesas fartas.

Assim, o que verificamos foi que ambos os sujeitos foram interpelados ideologicamente ao produzirem seus discursos. Carmen Saenz Terpelle, atravessada pelas marcas interdiscursivas da direita conservadora chilena, criticava a ideologia implantada pelo ex-presidente chileno, enquanto Alegría, em defesa das ideias de Salvador Allende, era interpelado pelos saberes comunistas, a fim de ironizar o *Movimento das Panelas Vazias*. Nessa análise, notamos que o painelço foi marcado, portanto, pela luta ideológica entre aqueles que defendiam discursivamente Allende e aqueles que criticaram e pronunciavam-se contra seu governo. Nessa instância, conforme Pêcheux (1990), deve-se considerar que essa luta, portanto, ocorre no movimento dos sujeitos e dos sentidos em suas produções históricas, materializadas na linguagem. É no discurso, atravessado pelas confrontações e dispersões do interdiscurso do sujeito, que ocorrem os confrontos. Afinal, como diz o autor, o discurso é, acima de tudo, o lugar do deslocamento, do sentido outro, um lugar de possibilidades.

Nossa próxima etapa é, portanto, compreender como essas marcas ideológicas se inscrevem em outros painelços e como se reatualizam nos sujeitos e em suas produções discursivas. Por isso, na próxima seção, vamos tratar do painelço ocorrido na Argentina, datado em 8 de novembro de 2012, e do painelço do dia 8 de março de 2015, movimento que aconteceu recentemente no Brasil e repercutiu no mundo.

6.2 A PARÁFRASE E OS OUTROS SENTIDOS DO PANELAÇO NA ARGENTINA

Embora os conservadores chilenos sejam considerados os precursores do panelaço, as panelas vazias foram adotadas em inúmeras situações de discurso político na América Latina e ganharam outros sentidos ao longo dos anos. Até Pinochet, representante da extrema direita chilena, foi alvo nos anos 80 de panelaços, pois o povo lutava, naquela época, contra a forma ditatorial de o presidente comandar o país. Na Argentina, os sons das panelas começaram no ano de 1982, quando o país também enfrentava uma longa ditadura (1976-83), além de escassez de alimentos e de alta inflação. Em seguida, foi a vez de Raúl Alfonsín sofrer com os sons das panelas nos anos 80, bem como o liberal Carlos Menem, nos 90. Em 2012 e 2013, essa forma de manifestação atingiu a presidenta Cristina Kirchner, que foi criticada pela falta de controle da inflação na Argentina e pelo seu autoritarismo.

Esse panelaço em específico contra a presidenta Cristina Kirchner ocorreu devido a inúmeros fatores econômicos e políticos. Conforme Lanata (2014), autor do livro *A década roubada – dados e fatos nos anos da Argentina Kirchnerista* - e um opositor declarado do governo da presidenta Cristina Kirchner, a Argentina dobrou sua dívida pública nos últimos doze anos. Lanata (2014) cita ainda que, ao longo do governo de Cristina, houve um grande aumento de favelas, uma repressão aos veículos de comunicação, assim como o aumento da inflação e da dívida externa.

Com todos esses acontecimentos em pauta na Argentina, no dia 8 novembro de 2012, ocorreu o panelaço denominado pela mídia 8N, manifestação que ganhou as ruas de Buenos Aires e as páginas de grandes jornais internacionais. Noticiado pelo jornal BBC, a manifestação ocorreu em vários pontos da capital, e até mesmo em frente à residência presidencial de Olivos, onde a presidenta morava. Ainda houve manifestação fora do país, como em Sydney, Londres, Roma, Madri e Nova York - e no interior da Argentina - em cidades como La Plata, Mendoza, Tucumán, Rosário e Salta, entre outras. Durante o panelaço, a maioria dos manifestantes vestia camiseta branca, erguia bandeiras e batia panelas, garrafas e pratos.

De acordo com o jornal BBC, “O protesto foi convocado inicialmente através das redes sociais até ser notícia nos principais jornais do país nos últimos dias”. No dia da manifestação, o resultado foi a presença de milhares de argentinos às ruas de Buenos Aires que batiam panelas e exibiam cartazes com as frases: "Liberdade", "Imprensa livre", "Chega de inflação", "Basta de corrupção" e "Não à reforma da constituição para terceiro mandato da presidente".

Contudo, essa manifestação não foi uma unanimidade entre os argentinos. Segundo o jornal BBC, uma semana antes do movimento 8N, “foram espalhados cartazes pela cidade, com campanhas de “sim” e “não” ao 8N, confirmando a divisão dos argentinos em relação ao governo”. Ainda de acordo com o jornal BBC, uma revista chamada *Noticias*, de Buenos Aires, publicou uma matéria de capa sobre a sociedade dividida, entre antikirchneristas e kirchneristas, ou seja, entre aqueles que reprovavam as medidas e o estilo do governo e aqueles que apoiavam o governo nacional.

Do lado dos antikirchneristas estava Mariel Fernoni²⁸, analista político da Management&Fit, que questionava o governo de Cristina. Na opinião do analista, o governo não falava sobre os assuntos que preocupavam os argentinos, como a inflação e a insegurança pública, atitude que contribuiu para a queda da popularidade da presidenta. Conforme Mariel Fernoni, Cristina Kirchner não estava atendendo as necessidades e os desejos da classe média chilena.

Sd⁶: Parece que passou a ser pecado ser de classe média na Argentina. Somos um país de classe média, mas agora o governo parece ser contra essa classe e foi ela que protestou hoje em sua grande maioria.

Assim como Mariel Fernoni, Jorge Giacobbe, da consultoria de opinião pública, Giacobbe e Associados, mostrou-se contrário ao governo Kirchner e saiu em defesa da classe média e da classe alta do país. Inconformado com a situação econômica e política da Argentina, Jorge Giacobbe criticou Cristina com o seguinte argumento:

Sdr⁷: A atitude da presidenta não é tolerada.

Do outro lado, estavam os kirchneristas, vozes que criticaram o protesto. Entre eles estava o deputado Aníbal Fernandez, ex-ministro do governo de Nestor Kirchner que citou essa manifestação como um protesto arquitetado pela oposição, ou seja, pela extrema direita, políticos que se contrapunham à política social-democrata de Cristina Kirchner e pretendiam incorporar uma política mais conservadora no país. De acordo com o deputado Aníbal Fernandez:

Sd⁷: é coisa da ultradireita!

²⁸ Disponível: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121109_argentina_panelaco_dg.shtml>
Acesso em: 6 jul. 2015.

Nestas sequências discursivas, como podemos perceber, esses discursos convocam, devido aos interesses políticos dos argentinos antikirchneristas e kirchneristas, o já-dito do painelço chileno, ou seja, a luta da oposição contra o Estado, desta vez, representada pela classe média e alta e por alguns políticos da direita contra os kirchneristas, partidários e apoiadores do governo de Cristina Kirchner.

Nessa direção, o painelço argentino, chamado de 8N por ter ocorrido no dia 8 de novembro de 2012, é uma manifestação que retoma as formulações discursivas da *Marcha das Panelas Vazias do Chile*, pois evoca os sentidos de luta “entre aquele que impõe e aquele que não quer mais tal imposição”, entre aqueles que comandam o Estado e aqueles que não estão satisfeitos com sua gestão. Isso equivale a dizer que a *Marcha das Panelas Vazias* foi tomada como *efeito inaugural* para a constituição da discursividade do Movimento 8N. Segundo Orlandi (2001, p. 35):

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade.

Entretanto, não estamos afirmando que se trata de uma manifestação política com formulações discursivas semelhantes às do movimento chileno. Em nossa análise, a discursividade do movimento da *Marcha das Panelas Vazias* é retomada como uma paráfrase e serve como base do dizível para os manifestantes argentinos, mas também permite deslocamentos e a produção de novos sentidos. Essa análise, portanto, nos aponta que o discurso dos antikirchneristas parte do mesmo, mas ganha novos sentidos que são ressignificados.

Nessa perspectiva, a luta ideológica entre forças políticas opostas permanece, bem como o *efeito de alarme*, que sinaliza um momento de desconforto dos protestantes em relação ao Estado, são sentidos que continuam aos longos dos anos e se cristalizam na Argentina, mas, mesmo assim, novos sentidos são movimentados e ganham espaço no discurso dos manifestantes argentinos. Entre eles, podemos citar dizeres que exigiam "Liberdade", "Imprensa livre", "Chega de inflação", "Basta de corrupção" e "Não à reforma da constituição para terceiro mandado da presidente".

Nesta pesquisa, observamos que esses outros sentidos surgiram no imaginário social da população da Argentina. Lanata (2014, p. 241), em seu estudo sobre o governo de Cristina, afirma que “Nunca em minha carreira jornalística reuni tantas provas sobre uma denúncia de corrupção”. Além disso, no livro de Lanata (2014), o autor expõe algumas

evidências de que o kircherismo sempre teve uma política de controle absoluto dos veículos de comunicação, sempre houve restrições para ter acesso às informações. Governo que, segundo Lanata (2014), foi responsável por propor a Lei de Meios, que determina que o Grupo Clarín, o maior de comunicação da Argentina, reduza seus negócios no país.

Dessa forma, o sujeito manifestante, quando batia suas panelas nas ruas de Buenos Aires, apresentava-se atravessado pelas marcas ideológicas ocorridas no Chile (“a luta por mudança”, “a esperança do novo”, “não vou desistir do meu país”), mas não deixava de significar os novos sentidos que foram construídos devido às condições de produção em que a Argentina se encontrava naquela época, uma vez que o governo era questionado pelo controle demasiado dos meios de comunicação e pelo envolvimento em casos corrupção. Ou seja, os sons das panelas permaneceram, bem como a ida de determinadas classes sociais às ruas para protestar; contudo, sentidos como "Liberdade", "Imprensa livre", "Chega de inflação", "Basta de corrupção" foram movimentados e a manifestação ganhou outros sentidos, como a luta contra a corrupção, o anseio pela liberdade de imprensa e o anseio dos argentinos por melhorias econômicas.

Nessa relação entre o mesmo e o diferente, destacamos, desse modo, que os sentidos discursivos do panelaço não estacionaram ao longo dos anos. Eles continuaram se movendo e ganhando novas significações. Por isso, nossa próxima etapa é investigar esse movimento de permanência e mudança no panelaço ocorrido no dia 8 de março de 2015 para compreender o funcionamento dessa forma de manifestação no Brasil.

6.3 A PARÁFRASE E OS OUTROS SENTIDOS DO PANELAÇO NO BRASIL

Em 2014, os brasileiros, pelos meios de comunicação, ficaram cientes dos novos episódios de corrupção no Brasil, que envolvia a principal empresa estatal do país: a Petrobras. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, os principais delatores do esquema organizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Progressista (PP) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), relataram à Polícia Federal do Paraná como os partidos, empresários e doleiros realizavam práticas ilícitas no país.

Segundo os delatores, três partidos controlavam as diretorias mais importantes da empresa: PT, PP e PMDB. Nas diretorias controladas pelo PP e PMDB, os partidos ficavam com 1% dos milionários contratos efetuados com as empreiteiras e fornecedores da Petrobras e 2% eram repassados ao PT. Nos casos em que as diretorias eram controladas exclusivamente pelos petistas, “os 3% eram para o PT, não tinha participação do PP”. (VILLA, 2014, p. 145)

Villa (2014), em seu livro *Um país partido: 2014 – A eleição mais suja da história*, afirma que o esquema com o Partido dos Trabalhadores ocorria por meio do tesoureiro do partido, João Vaccari, sucessor de Delúbio Soares, sentenciado no processo de mensalão. De acordo com o autor, os negócios cresceram por meio do envolvimento de João Vaccari e outros agentes públicos, sobretudo, após o segundo mandato de Luís Inácio da Lula Silva, quando novas refinarias foram construídas para a Petrobras (Abreu e Lima, Comperj, Premium I e Premium II). O milionário esquema de corrupção se desenvolveu em meio à CPMI dos Correios, à aceitação pelo STF da denúncia da Procuradoria Geral da República do processo do mensalão e continuou no governo de Dilma Rousseff, mesmo durante o julgamento da Ação Penal 470, quando o país acompanhou a condenação de 25 réus.

Quando se imaginava que a República estaria sendo refundada com a condenação de banqueiros, publicitários e da liderança do PT, a Petrobras estava sendo assaltada em valores muito superiores aos desviados no mensalão. Basta recordar que do Fundo Visanet do Banco do Brasil foram utilizados no mensalão de forma ilícita R\$ 73 milhões, valor muito próximo do que só um dos acusados na Operação Lava Jato, Paulo Roberto Costa, confessou ter depositado em contas pessoais na Europa. (VILLA, 2014, p. 145)

Contudo, como aponta Villa (2014, p. 145), os participantes do esquema de corrupção eram cautelosos nos roubos dos cofres públicos. Eles tinham seus próprios princípios. Segundo Villa (2014, p. 145): “Um deles era respeitar o espaço de cada partido, evitando conflitos e possíveis delatores do esquema”. Desse modo, a quantidade do suborno era organizada e cada partido levava a sua parte sem nenhum problema. Durante o processo investigativo desse esquema criminoso, denominado pela Polícia Federal de Operação Lava-jato, o Partido dos Trabalhadores emitiu uma nota oficial negando seu envolvimento, assim como fizeram as empreiteiras denunciadas por Paulo Roberto Costa.

Conforme Villa (2014, p. 144), os petistas, em defesa do partido, fizeram inúmeras críticas ao Juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná e responsável pela condução da Operação Lava-jato. Em resposta, de acordo com Villa (2014, p. 144), Moro disse que estava dentro da lei e de seus direitos como juiz, por isso, o processo tramitava:

Isso porque, de acordo com o juiz, teriam sido cometidos “supostos crimes contra a administração pública, tornando imperativa a transparência, única forma de garantir o escrutínio público sobre a gestão da coisa pública e sobre a integridade da Justiça”. (VILLA, 2010, p. 144)

Ademais, o governo era acusado por muitos economistas de ser o principal responsável da crise no setor elétrico brasileiro. Isso porque, segundo Silva (2014), a Medida

Provisória (MP) 579, de setembro de 2012, pela qual o governo antecipou a renovação das concessões das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com o objetivo de liberar descontos especiais de eletricidade na conta dos consumidores finais, tanto empresas quanto residências, teve um efeito nocivo à economia do país.

Assim, o setor elétrico convive atualmente com problemas estruturais. Um deles é financeiro, como consequência da MP 579. As distribuidoras são obrigadas a recorrer cada vez mais ao mercado de curto prazo para comprar energia, a um preço bem maior do que a ofertada em leilões promovidos pelo governo, pois a tarifa teto fixado para esses leilões não atraiu interessados em participar e vender energia. (SILVA, 2014, p. 34)

Em decorrência dos escândalos políticos e da crise energética, o Partido dos Trabalhadores foi alvo de muitas críticas por parte dos brasileiros. Em 2015, uma forma de recriminar todos esses escândalos, envolvendo o partido e seus aliados políticos, ocorreu com o pênalti do dia internacional da mulher. Na ocasião, milhares de brasileiros foram às sacadas bater panelas e protestar. Dentre os participantes da manifestação barulhenta, temos o relato de Simone Nunes, Corretora de Imóveis, moradora de Águas Claras, bairro nobre do Epicentro do Distrito Federal:

Sd⁸: Aqui temos uma população com senso crítico muito elevado, que tem acesso à cultura e boa educação. As pessoas têm muito conhecimento econômico, e o estudo faz com que sejam intolerantes, mesmo aos menores abusos de poder por parte dos governantes. É uma cidade muito engajada politicamente.

Temos ainda o relato de John Biak, 60 anos, profissional de marketing e morador do bairro Águas Claras, Epicentro do Distrito Federal, que também se mostrou favorável aos protestos contra a presidenta Dilma Rousseff. Insatisfeito com a situação do Brasil e da política brasileira, ele se manifestou por meio do pênalti e ainda justificou sua atitude:

Sd⁹: Sou de Nova York Iorque, mas moro no Brasil há 14 anos e estou na cidade desde o ano passado. Participei dos protestos porque as coisas vêm mal desde o governo Lula, com escândalos como o mensalão e agora a Lava-jato, que acabou com o valor da Petrobras.

Villa (2014, p. 218), em concordância com as manifestações, compreende que o Partido dos Trabalhadores, por estar envolvido nesse caso de corrupção, tornou-se um partido corrupto e inapropriado para governar o país. Na concepção do autor, o Partido dos Trabalhadores, que era para ser a salvação e o orgulho nacional, tornou-se um partido oportunista:

Sd¹⁰: O PT não sobrevive longe das benesses do Estado. Tem que sustentar milhares de militantes profissionais. O socialismo marxista foi substituído pelo oportunismo, pela despolitização, pelo rebaixamento da política às práticas tradicionais do coronelismo. A socialização dos meios de produção, macunaimicamente, se transformou no maior saque do Estado brasileiro em proveito do partido e de seus asseclas de maior ou menor grau.

No entanto, há quem discorde dessas manifestações e desconfie da procedência da operação Lava-jato, segundo Leite (2015, p. 14), “Sergio Moro assegurou à oposição brasileira dois elementos que havia perdido desde a chegada de Lula no Planalto, em 2003 – uma identidade e um discurso”. Leite (2015, p. 14) ainda complementa: “Sabemos, por exemplo, que se houvesse interesse real para investigar e punir os casos de corrupção seria possível começar pelo mensalão do PSDB-MG”. No entendimento de Leite (2015), a oposição, representada pelo PSDB, ficou anos silenciada esperando uma oportunidade de voltar ao poder e derrubar o Partido dos Trabalhadores. Leite (2015) afirma que os opositores do Partido dos Trabalhadores tentam de todas as formas (morais e imorais) denegrir e manchar a imagem do partido, seja com a operação Lava-jato ou com ofensas à presidenta Dilma:

Sd¹¹: Em 1º de julho, um estudante infiltrou-se entre os presentes na visita de Dilma Rousseff à Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Conseguiu ficar a poucos metros da presidente, quando gravou um vídeo postado na internet, o qual se referia à presidente da República como “Assassina, Comunista de Merda, Terrorista”.

Com as sequências discursivas apresentadas, podemos analisar alguns sentidos que estão na base do dizível de outros painelaços, sobretudo as contradições ideológicas que existem entre aqueles que batem panelas e aqueles que defendem as medidas do governo. Em outros termos, analisamos, novamente, um jogo de interesses políticos entre partidos. Sempre há aqueles que detêm o poder e desejam garanti-lo por mais tempo, como também sempre há aqueles que desejam retomá-lo e controlá-lo à sua maneira, a favor de seus interesses e de seus aliados. Com isso, compreendemos que, no painelaço ocorrido no Brasil, não há somente um interesse exclusivo do brasileiro em melhorias para o país, mas também uma disputa entre duas frentes políticas brasileiras.

Outro ponto que observamos foi a referência ao comunismo, como era constante nos protestos contra o ex-presidente chileno, Salvador Allende. Na Sd¹¹, constatamos que um estudante chamou Dilma Rousseff de “Comunista de Merda”, um termo que, conforme Indursky (2003), foi “apagado” em consequência da queda do muro de Berlim e do fim do comunismo real. Conforme Indursky (2003, p. 105), “Não fala-se mais de comunismo. Este “desaparece”, sendo substituído por uma outra designação, a *esquerda*. Estamos aí face a uma reformulação pelo viés da qual *comunismo* continua *ressoando*”. Desse modo, mesmo com o

aparente apagamento da palavra “comunismo”, o termo continua ressoando e carrega consigo, de forma diluída, a *diabolização* historicamente produzida pela igreja católica e pelos partidos de direita. Essa *diabolização*, contudo, como aponta Indursky (2003), não é mais a perversidade dos comunistas; em seu lugar, outros efeitos de sentido permaneceram, como o *desafeto* e o *ressentimento*.

No entanto, o que nos chamou atenção na Sd¹¹ foi o fato de que esse termo voltou a ganhar força no Brasil. Atualmente, a palavra ‘comunismo’, sobretudo para fazer referência aos insucessos desse sistema em alguns países do mundo, voltou a circular no imaginário social dos brasileiros. Com isso, os saberes sobre o comunismo voltaram ao fio do dizer, ou seja, ao intradiscorso dos sujeitos. Nesse acaso, compreendemos que esses discursos contra Dilma Rousseff, por meio do efeito da memória, retomam o termo comunista, sempre de forma pejorativa, para fomentar as lutas ideológicas que existem entre os opositores e os defensores do governo.

Desse modo, como já dito em outros momentos, compreendemos que, nas produções discursivas, quaisquer que sejam, nem todos os processos discursivos e nem todos os sentidos são estabilizados, repetidos, reproduzidos. Conforme Orlandi (2001, p. 36), “esses sentidos retornam, mas, ao mesmo tempo, podem derivar para outros sítios de significação”, devido à força do efeito da ideologia sobre o sujeito.

Na Sd⁹, enunciada por John Biak, 60 anos, profissional de marketing e participante do protesto contra a presidenta Dilma Rousseff, nós observamos outra relação entre retomada e deslocamento de sentidos. Em seu discurso, como é possível verificar, algo se mantém dos outros painéis históricos na América do Sul, pois envolve principalmente a questão da luta ideológica. Nesse painel, portanto, a formulação do sujeito enunciator produz um efeito de contradição ao governo do Partido dos Trabalhadores, que em seu imaginário continua ressoando o sentido de partido comunista, composto por incompetentes, militantes e baderneiros.

Todavia, essa sequência discursiva também é marcada pelo descolamento, isto é, pela polissemia. Ao analisar o discurso constituído por esse sujeito enunciator, verificamos a presença de dois neologismos não apresentados em outras situações: as expressões “Mensalão” e “Lava-jato”. O primeiro retoma os efeitos de sentido do escândalo de corrupção ocorrido no ano de 2005, envolvendo, sobretudo, os políticos do Partido dos Trabalhadores e seus aliados no Senado. Naquela época, Roberto Jefferson, presidente do PTB (Partido dos Trabalhadores do Brasil), revelou que os deputados da base aliada recebiam uma “mesada” no valor de 30 mil reais para votarem segundo as orientações do governo. Estes parlamentares,

os chamados por Villa (2012) de “mensaleiros”, eram políticos da base aliada, representados pelos partidos PL (Partido Liberal), PP (Partido Progressista), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PTB (Partido dos Trabalhadores Brasileiros), que estavam ao lado dos Partidos dos Trabalhadores no esquema de corrupção. Conforme Villa (2012, p. 28), na época, esse esquema foi amplamente divulgado pela mídia:

Folha de S.Paulo publica entrevista de Roberto Jefferson na qual o presidente nacional do PTB afirma que o partido recebeu de Delúbio Soares, tesoureiro do PT, uma proposta de mesada para os parlamentares da base. Jefferson cunha o termo “mensalão”. Segundo o deputado, parlamentares do PP e do PL já recebiam R\$ 30 mil cada em troca de apoio político. O presidente do PTB afirma ter avisado sobre a existência do esquema aos ministros Walfrido dos Mares Guia, do Turismo, José Dirceu, da Casa Civil, Ciro Gomes, da Integração Nacional, e Miro Teixeira, das Comunicações, além de informar o caso ao então líder do governo na Câmara, o ex-deputado Aldo Rebelo. Por fim, Jefferson avisou ao presidente Lula, que, segundo ele, chorou ao saber do mensalão. Na entrevista, o deputado ainda declarou já ter um caminho traçado: “Não me preocupa mais o mandato, não vou brigar por ele. Só não vou sair disso como um canalha, porque não sou”.

Por outro lado, o segundo neologismo inclui os sentidos da Lava-jato, operação que consistiu em investigar um grande esquema de corrupção em que o Partido dos Trabalhadores e sua base aliada estavam envolvidos. Trata-se, segundo Villa (2014, p. 90), do esquema:

[...] que movimentou milhões de reais obrigava as empresas que iam fechar negócio com a Petrobrás a pagar um “pedágio”. Os recursos obtidos eram levados por doleiros – o mais conhecido era Alberto Youssef – e depois distribuídos; parte deles, para sustentar a base aliada no Congresso Nacional. Era uma mensalão muito mais turbinado, turbinado por milhões de reais.

Ao incorporar esses dois neologismos em seu discurso, o sujeito enunciador, a partir dos já-ditos, reformulou o seu dizer e o seu discurso ganhou outros efeitos de sentido. Nesse caso, sentidos como “O PT é ladrão”, “O governo é corrupto”, “A Dilma é uma ladra”, “No governo do PT só tem bandido” foram produzidos e ganharam espaço em seu discurso. Dessa forma, o painel do dia 8 de março de 2015, além de rememorar, pelo efeito da memória, sentidos de um partido comunista, incompetente e militante, o que Indursky (2003) chama de *diabolização*, do painel chileno, é também atravessado por novas formulações e começa a significar no imaginário social do brasileiro como um partido dos corruptos, dos ladrões, dos bandidos. Sentidos que, atualmente, já fazem parte do imaginário social dos brasileiros e são reproduzidos nas principais redes sociais do mundo.

É preciso ressaltar que, pela perspectiva da Análise do Discurso, a constituição discursiva articula-se no interdiscurso, a partir de formulações aceitáveis (o que pode e deve

ser dito) e exclusão de formulações inaceitáveis (o que não deve e o que não pode ser dito). A constituição desse discurso, independente dos dizeres formulados nesse processo, realiza-se na dinâmica de dois movimentos: os deslocamentos e as repetições, conforme assegura Orlandi (2001, p. 38):

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sem repetições, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência de discurso pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria a necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Dessa forma, o interdiscurso está sempre em um processo de reconfiguração discursiva. Esse processo, como aponta Brandão (1998, p. 127), pode incorporar elementos pré-construídos no interdiscurso, “organizando sua repetição ou provocando eventualmente seu apagamento, seu esquecimento ou mesmo denegação”. Em outros termos, a reconfiguração discursiva pode significar uma redefinição do discurso ou um simples retorno aos mesmos espaços discursivos.

Na Sd¹⁰ apresentada acima, podemos constatar alguns pontos relevantes sobre essa reconfiguração discursiva. Inicialmente, alguns pré-construídos foram a base discursiva, como o *efeito de alarme*, que sinaliza o descontentamento com o governo, assim como as contradições ideológicas que sempre existiram nos painéis, representadas, nesse episódio no Brasil, pela luta de interesses políticos entre o manifestantes e os defensores do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, novas significações também surgiram no fio do discurso (intradiscurso), como “a luta contra a corrupção”, “No PT só tem bandido”, “O PT é um partido sujo”, uma vez que o sujeito foi afetado por outras condições sócio-históricas de produção e isso certamente interferiu em seu discurso.

Esses deslocamentos, em nossa análise, ocorreram devido ao apagamento de alguns sentidos que já circularam no imaginário social dos brasileiros anos atrás, como “O PT é honesto”, “O PT é contra a corrupção” “Eles não são como os outros partidos de direita”, “Eles pensam é no povo”. Segundo afirma Pêcheux (1999, p. 56), devemos entender a memória como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Desse modo, o que verificamos é que sentidos historicamente “cristalizados”, tais como “O PT combaterá a corrupção do Brasil” e “O PT é diferente dos outros partidos”, vão

cedendo lugar para os discursos que significam “O PT é corrupto”, “Chega de corrupção”, “A esquerda é bandida”. Esses outros sentidos, pelo ponto de vista da Análise do Discurso, foram reformulados e produzidos nas atuais condições de produção, pois os desdobramentos, os deslocamentos e as mudanças discursivas são efeitos ideológicos que fazem parte da própria condição do interdiscurso.

Com esse ponto de vista, podemos interpretar que as sequências discursivas mencionadas até então se apresentaram atravessadas pelos discursos de painelaços anteriores, sobretudo, nas questões ideológicas que essa forma de manifestação movimenta. Apesar disso, ocorrem também rupturas, principalmente pelo fato de o Brasil se encontrar em uma situação econômica e política delicada. Assim, esses sujeitos enunciativos rememoram determinados sentidos dos painelaços do Chile e da Argentina, como também produzem outros sentidos ao criticarem um partido que, alguns anos antes, era visto como “a esperança do país”, “um partido contra corruptos”, “um justo que almejada mudança”.

Finalizamos esta seção com as seguintes observações: o que permanece de outros painelaços quase sempre é seu modo contestador, sua militância política, seja para derrubar um partido do poder ou para exigir os devidos direitos aos cidadãos. Para isso, o termo ‘comunista’ é retomado e utilizado para gerar argumentação contra o governo e sua base aliada. Por outro lado, o que mudou no Brasil, ou seja, os deslocamentos discursivos, refere-se ao apagamento da imagem do Partido dos Trabalhadores como um partido confiável, pois muitos brasileiros não enxergam mais o partido como “honesto”, “sério”, “justo”, “transparente”, mas como “sujo”, “corrupto”, “vendido”. Sentidos que surgiram pela produção massiva da mídia e da oposição, mas que os defensores do Partido do Trabalhadores insistem em rebater.

6.4 O PANELAÇO COMO *DESENTENDIMENTO*

Neste estudo sobre o painelaço, como apresentamos nas seções anteriores, observamos diversas contradições ideológicas, diversos pontos de colisão entre os sentidos impostos e os sentidos que queriam se impor. Nesse caso, o que conseguimos perceber foi que o episódio do painelaço se constitui em torno da política, um espaço onde muitos significados são colocados em jogo, constituídos, reproduzidos, assim como, em muitos casos, contestados, debatidos, refutados, questionados e até rejeitados.

Rancière (1999, p.13), em seus estudos filosóficos, compreende a política como um cenário que remete os interlocutores ao litígio, uma situação em que um enunciador se “serve da palavra para discutir” com outro. O autor aponta que esse litígio na política ocorre devido ao que trata como *desentendimento*, uma circunstância discursiva “em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” (RANCIÈRE, 1999, p. 11). Para Rancière (1999), no entanto, o *desentendimento* não é nenhum tipo de desconhecimento ou de mal-entendido entre dois interlocutores, mas se trata de casos em que eles escutam, interpretam e até entendem as palavras, e mesmo assim não compreendem nelas as mesmas coisas ditas, as mesmas coisas argumentadas. De acordo com o autor (1996, p. 12):

Há todas as espécies de razão para que um X entenda e não entenda ao mesmo tempo X: porque, embora entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala, ou então porque ele entende e deve entender, vê e quer fazer um objeto diferente sob a mesma palavra, uma razão diferente no mesmo argumento.

Para Rancière (1996, p. 11), então, o desentendimento “não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto”. Pelo contrário, o *desentendimento* instaura-se em situações em que aquele que diz branco e aquele que diz preto não compreendem o mesmo sentido, ou, conforme o autor (1996, p. 11), eles não entendem “de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura”.

De acordo com Rancière (1996, p. 11), essa situação extrema acontece na política, quando “X não vê o objetivo comum que Y lhe apresenta porque não entende que os sons emitidos por Y compõem palavras e agenciamentos de palavras semelhantes aos seus”, ou seja, por mais X insista apresentar Z em suas palavras, o Y não consegue, de forma nenhuma, encontrar esse tal sentido Z em seu dizer. O autor ainda salienta que o desentendimento corresponde ao fato de um sujeito dizer uma coisa, o outro sujeito escutar essa coisa e mesmo assim não compreendê-la, não por ignorância ou por falta de interesse, mas por entender outro sentido nesse objeto, o que gera um litígio em torno da palavra.

Ao trazer esse conceito de *desentendimento*, começamos, então, a observar como esse fenômeno ocorreu no episódio do panelaço, a partir da seguinte análise: no dia 8 de março de 2015, Dilma Rousseff, diante de milhões de brasileiros, realizou seu pronunciamento oficial e, em alto e bom som, proferiu que o Brasil estava passando por uma situação delicada, devido à crise econômica mundial e à falta de chuva no país. No entanto, Dilma alertou que esses problemas seriam resolvidos e insistiu que o Brasil tinha tudo para continuar crescendo. Apesar de sua tentativa de animar os brasileiros, a presidenta não

conseguiu evitar, usando as palavras de Rancière (1999), um litígio em torno da palavra, ou seja, um desentendimento com seus interlocutores.

Esse litígio, a partir das leituras dos textos de Rancière (1999), justifica-se por considerarmos que os manifestantes, mesmo cientes da importância da fala da presidenta e dos argumentos contundentes, negaram seu dizer, não por falta de compreensão do que dizia, mas por estarem filiados a sentidos antagônicos aos seus dizeres, isto é, por não identificarem no dizer da presidenta elementos que fizessem significado para eles. Desse modo, podemos considerar que os dizeres da presidenta, apresentados na situação discursiva abaixo, não tiveram os mesmos efeitos de sentidos para seus apoiadores e para os seus opositores:

Sd¹²: Vamos começar pelo mais importante: o Brasil passa por um momento diferente do que vivemos nos últimos anos. Mas nem de longe está vivendo uma crise nas dimensões que dizem alguns. Passamos por problemas conjunturais, mas nossos fundamentos continuam sólidos. Muito diferente daquelas crises do passado que quebravam e paralisavam o país. Nosso povo está protegido naquilo que é mais importante: sua capacidade de produzir, ganhar sua renda e de proteger sua família. As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro. A questão central é a seguinte: estamos na segunda etapa do combate a mais grave crise internacional desde a grande depressão de 1929. E, nesta segunda etapa, estamos tendo que usar armas diferentes e mais duras daquelas que usamos no primeiro momento. Como o mundo mudou, o Brasil mudou e as circunstâncias mudaram, tivemos, também, de mudar a forma de enfrentar os problemas. As circunstâncias mudaram porque além de certos problemas terem se agravado - no Brasil e em grande parte do mundo -, há ainda a coincidência de estarmos enfrentando a maior seca da nossa história, no Sudeste e no Nordeste. Entre muitos efeitos graves, esta seca tem trazido aumentos temporários no custo da energia e de alguns alimentos. Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar.

Pelo ponto de vista da Análise do Discurso, esse litígio em torno da palavra ocorreu porque os sujeitos discursivos, interpelados pela ideologia, filiaram-se a sentidos opostos, ou seja, eles realizaram o gesto de interpretação a partir de filiações de sentidos antagônicos da presidenta Dilma Rousseff. Nesse caso, por mais que Dilma tentasse esclarecer a situação do Brasil e procurasse mencionar que o problema precisava ser superado, os manifestantes insistiram em bater panelas, em vaiar e em gritar contra a presidenta, não simplesmente pelo fato de o país estar com dificuldades, mas, acima de tudo, pelas disputas ideológicas que estavam em jogo naquele contexto histórico específico.

Na perspectiva a Análise do Discurso, podemos entender, portanto, que essas disputas ideológicas ocorreram, tendo em vista que, conforme Pêcheux (2014, p. 146): “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles as empregam” ou seja, elas adquiriram seu sentido em referência a determinadas filiações ideológicas que estavam em jogo naquele momento histórico. Desse modo, no episódio do panelaço, o que analisamos foi uma presidenta insistindo em apresentar a situação

do país aos brasileiros, mas que foi criticada por sujeitos que estavam filiados a trajetórias ideológicas opostas ao seu dizer:

Sd¹³: Realizamos elevadas reduções de impostos para estimular a economia e garantir empregos. Ampliamos os investimentos públicos para dinamizar setores econômicos estratégicos. Mas não havia como prever que a crise internacional duraria tanto. E, ainda por cima, seria acompanhada de uma grave crise climática. Absorvemos a carga negativa até onde podíamos e agora temos que dividir parte deste esforço com todos os setores da sociedade. É por isso que estamos fazendo correções e ajustes na economia. Não é a primeira vez que o Brasil passa por isso. Em 2003, no início do governo Lula, tivemos que tomar medidas corretivas. Depois tudo se normalizou e o Brasil cresceu como poucas vezes na história.

Como podemos observar nessa sequência discursiva, apesar de o sujeito enunciador citar alguns pontos positivos do governo, produzir efeitos de sentido de esperança e gerar expectativas positivas para o futuro, o barulho de panelas continuou altos em residências do país.

Nossa hipótese, para compreender tamanha rejeição contra os sentidos produzidos pela presidenta, é de que, após os escândalos do Mensalão e dos esquemas de corrupção da Petrobras, instaurou-se no Brasil uma *cultura de ódio* contra o Partido dos Trabalhadores e sua base aliada. Essa cultura de ódio, essa raiva institucionalizada, contribuiu para que muitos brasileiros ignorassem ou refutassem o que a presidenta Dilma insistia em pronunciar. Portanto, no dia 8 de março de 2015, pouco adiantou a presidenta tentar amenizar a situação ou justificar os problemas do Brasil com palavras positivas, como é possível verificar na situação discursiva abaixo, pois muitas críticas contra o Partido dos Trabalhadores e contra muitos dos seus projetos sociais já estavam circulando no imaginário social dos brasileiros:

Sd¹⁴: As coisas vão continuar acontecendo. Junto com as novas medidas estamos mantendo e melhorando os nossos programas. Entregando grandes obras. Nossas rodovias e ferrovias, nossos portos e aeroportos continuarão sendo melhorados e ampliados. Para isso, vamos fazer, ainda este ano, novas concessões e firmar novas parcerias com o setor privado. Incluímos - e vamos continuar incluindo - milhões e milhões de brasileiros.

De acordo com nossa análise, esse desentendimento ocorreu porque cada sujeito manifestante realizou seu gesto de interpretação de acordo com sua filiação ideológica, ou seja, conforme Pêcheux (2014), a partir da ideologia, aquilo que fornece, “através do ‘hábito’ e do ‘uso’, o que é e o que deve ser” em determinada situação discursiva. No caso do painel, observamos essas filiações ideológicas antagônicas entre Dilma e os manifestantes por meio da seguinte SD¹⁵, em que o sujeito, insatisfeito com a situação do país, apresenta queixas contra o governo e protesta contra a fala da presidenta:

Sd¹⁵: A presidente não explica a situação na qual está completamente envolvida nem apresenta projetos que possam levar a uma solução.

Nessa sequência discursiva, observamos que Flávio Godim, médico da cidade de Brasília, questiona o pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff. Flávio cita a ausência de argumentos no pronunciamento de Dilma que levem à solução da crise no país. Contudo, na situação em que a presidenta proferiu suas palavras, não faltaram argumentos e medidas para tentar sanar os problemas do Brasil, mesmo assim Flávio Godim e milhares de manifestantes opuseram-se ao seu pronunciamento, refutaram seus argumentos e produziram uma contradição em torno das suas palavras.

Nessa análise, um dos pontos que podemos destacar foi que os manifestantes, interpelados por filiações de sentidos antagônicos, questionaram a presidenta, não por falta de compreensão da sua fala ou por falta de interesse em seus argumentos, mas por falta de identificação com a filiação de sentidos que o partido dos Trabalhadores produziu em seus processos de significação durante seus mandatos.

Podemos dizer, então, que as palavras, os argumentos e os apelos de Dilma proferidos no dia 8 de março enquanto presidenta e representante do Partido dos Trabalhadores, não produziram um efeito de sentido apaziguador e esperançoso em milhares de brasileiros como aparentemente era manifestado pela presidenta. Em nossa análise, muitos brasileiros que estavam envolvidos na manifestação, até escutaram o que a presidenta dizia, porém, compreenderam ou quiseram compreender, mesmo com todas as justificativas apresentadas pela presidenta, que o verdadeiro problema do Brasil não era a falta de chuva ou a crise econômica mundial, mas o próprio Partido dos Trabalhadores. Ou seja, sintetizaram uma imagem do PT.

É por esse motivo que conseguimos observar, no episódio do pannelaço, traços do que Rancière (1999) trata como desentendimento, pois analisamos que Dilma diz uma coisa, os sujeitos manifestantes não escutam essa coisa, não por ignorância ou por falta de interesse, mas por estarem realizando barulho e por não fazerem questão de entender esse sentido colocado pela presidenta, e isso, conseqüentemente, gera um litígio em torno da palavra.

Nas sequências discursivas apresentadas, compreendemos que, por mais que Dilma insistisse em prometer mudanças e falar que acreditava em um futuro próspero para o Brasil, Flávio Godim, bem como milhares de brasileiros, não “escutaram” nas palavras da presidenta os efeitos de sentido de esperança, sobretudo por movimentarem sentidos embrenhados na cultura de ódio que começou a existir no país contra o Partido dos Trabalhadores. Nesse caso, para Flávio Godim e outros manifestantes, os sentidos colocados por Dilma não foram trabalhados historicamente, eles estacionaram, foram rejeitados e

descartados. Em outro modo de dizer, sentidos como “Nós fizemos de tudo para o país crescer”, “Nós investimentos na economia, absorvemos cargas negativas para o Brasil melhorar”, ficaram in-significados, estancados, perderam força, foram fragilizados e até apagados. Por isso, não importava mais o que a presidenta dissesse, argumentasse ou insistisse em citar, os manifestantes não ouviam suas palavras, não por causa do som alto das painéis ou por problemas de compreensão, como já dissemos, mas por falta de identificação com seu dizer.

Nessa perspectiva, então, podemos considerar que Dilma Rousseff, mesmo realizando um esforço para falar de modo cauteloso sobre os problemas da economia brasileira e os escândalos da política nacional, mesmo incitando que o país iria melhorar e progredir nos próximos anos, não evitou um litígio em torno do seu pronunciamento, uma vez que sentidos antagônicos entraram em colapso e produziram um desentendimento entre as palavras da presidenta e o barulho dos manifestantes.

Desse modo, por mais que Dilma, no dia 8 de março de 2015, sustentasse que o Brasil iria melhorar e que a justiça seria feita em relação aos corruptos envolvidos no caso da Petrobras, os sujeitos manifestantes, atravessados pelas contradições, retomadas e apagamentos da memória, bem como pelas suas filiações ideológicas, não entenderam isso em suas palavras. O que eles interpretaram era uma tentativa de a presidenta justificar os erros do governo, ou seja, os sujeitos manifestantes compreenderam que era só mais um pronunciamento oficial para propagar a ideologia de um partido político que desejava se manter no poder. Logo, nesse litígio em torno da palavra, não importava o que Dilma falasse, pois o painel iria ocorrer de qualquer forma, pelo fato de tantos problemas estarem em pauta no país, mas, sobretudo, por tantas questões de diferenças ideológicas estarem em jogo naquele momento.

Convém salientar que, a partir desse desentendimento, isto é, das contradições em torno da palavra, começamos a fazer outros questionamentos em relação ao painel: será que esse desentendimento é consequência de uma resistência contra os sentidos colocados em jogo no dia 8 de março de 2015? Como, então, se instaura essa resistência? E como se materializa na linguagem? Por isso, no próximo capítulo, vamos tratar do conceito de resistência a fim de fazer uma relação com o nosso objeto e compreender como ocorre esse fenômeno discursivo em momentos de manifestação, assim como é materializado na própria linguagem. São esses pontos que nos interessam no capítulo seguinte: a resistência, o barulho, e, conseqüentemente, os efeitos de sentido dessa manifestação barulhenta.

7 AS FORMAS DE RESISTÊNCIA NO EPISÓDIO DO PANELAÇO

Em seu artigo *Delimitações, inversões e deslocamentos*, Pêcheux (1990), a partir de aproximações e de distanciamentos das obras e dos conceitos de Althusser, conceitua a resistência como uma forma de analisar e de intervir na luta política, mas, acima de tudo, de pensar o funcionamento e o papel das ideologias dominantes e das ideologias dominadas em contextos políticos.

Para o autor (1990), a noção de *resistência*, contudo, não deve ser compreendida como um produto das intenções e dos anseios do sujeito, nem como um enfrentamento intencional dele contra o outro ou de um grupo contra o outro. A resistência, nessa perspectiva, então, não é uma concepção idealista como o típico embate/confronto/choque em que sujeito, consciente do seu dizer, de si e de seus desejos revolucionários, lutaria para vencer seus adversários, seus inimigos, seus opostos, mas se refere à resistência na contradição do próprio sujeito, implicado no equívoco e nos furos das ideologias, local onde se constituem as relações de sentidos e a constituição do discurso. A resistência trabalha, portanto, com o equívoco da língua, com a possibilidade do dizer ser outro, da abertura, do acontecimento.

Segundo Pêcheux (1990), a resistência, impulsionada pelas falhas nos processos constitutivos do dizer, aponta para uma quebra, um questionamento da ordem vigente, uma rebelião, materializando-se de diversas formas em uma sociedade capitalista:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio, falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar os sentidos das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras de sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras [...] E assim começar a se despedir do sentido que reproduz dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. (PÊCHEUX, 1990, p 17)

Para Pêcheux (1990, p. 17), “através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se um discurso de rebelião, o ato falho, de motim e da insurreição”, é que se produz um *acontecimento histórico*, ou seja, rompe-se com o círculo de repetição e instaura-se o novo, o diferente, o possível.

Na visão pêcheutiana, a resistência emerge, dessa forma, não quando ocorre uma discussão entre dois sujeitos ideologicamente antagônicos, mas no próprio movimento da

linguagem, da sua constituição, pois é nela que o equívoco é possível, é nela que o ritual falha e cede espaço para que novas relações, inversões, contradições e deslocamentos sejam possíveis na constituição do dizer. Nesse caso, diferente de uma resistência que se apresenta no desejo de sujeitos livres e conscientes que se revoltam e querem o confronto, Pêcheux (1990) trata a resistência como uma manifestação ideológica do sujeito, constituída por equívocos e materializada na linguagem.

Para o autor, a resistência emerge, sobretudo, quando há a existência do poder, mas menciona que esse poder está nas mãos de determinados sujeitos, que dispõem de uma vantagem considerável sobre outros sujeitos. Entretanto, essa vantagem, mesmo que aparente detrás da figura de um porta-voz político, apresenta falhas, equívocos, faltas, brechas, que o sujeito que empreende a resistência pode utilizar a seu favor e promover “a abolição da ordem existente” (PÊCHEUX, 1990, p. 20). Isso significa abalar a ordem dos sentidos impostos, questionar suas fronteiras, instituir um campo de contradições e empregar a própria revolução, a revolta, a resistência. Conforme afirma o autor:

O poder existe, e ele dispõe até uma vantagem bastante considerável, ao menos na Europa, sobre forças suscetíveis de colocá-la em causa; mas por detrás do esgotamento da figura clássica do porta-voz, por detrás do desregramento dos performativos políticos legítimos, começa também uma nova transformação das relações do visível ao invisível, ao irrealizado e ao inexistente, que o poder combate pela multiplicação dos espectros [...] (PÊCHEUX, 1990, p. 20)

Para Orlandi (2007), a resistência, assim como o sentido, sempre está em movimento, e ela também sempre encontra formas de significar e ressignificar, não importa a situação de opressão imposta, não importa a forma discursiva estabelecida, quer dizer, como diz o próprio Pêcheux (1990), a resistência sempre encontra brechas, falhas, equívocos, formas de produzir efeitos de sentido.

Orlandi (2007, p. 123), ao tratar da época da ditadura militar, menciona que qualquer coisa servia para significar, qualquer matéria significante explodia “os limites dos sentidos”. Ao discutir o período histórico, a autora expõe o fato de que muitos sentidos foram coibidos e, mesmo assim, os sujeitos encontravam formas de resistir. Isso significa dizer, conforme a autora, que qualquer materialidade pode ser uma representação simbólica de resistência, de revolta, de questionamento da ordem vigente, isto é, uma representação simbólica de luta, seja uma letra de música, uma pichação em uma parede, uma expressão corporal, um anúncio publicitário ou até mesmo uma matéria em branco ou em preto no jornal.

Dentre as formas de resistência, Orlandi (2007, p. 115) cita, por exemplo, os casos no domínio da literatura, utilizados na época de ditadura no Brasil:

No domínio da literatura, os textos desempenhavam papel semelhante. Jogava-se enormemente com o realismo fantástico e com as metáforas (o romance *Sombras de Reis Barbudos* mostra isso: por exemplo, a separação entre as pessoas é metaforizada, no romance, por muros que começam a crescer sozinhos; o arbítrio do poder e a ameaça são metaforizados pela proibição de cultivar legumes no quintal etc.). (ORLANDI, 2007, p. 115)

Além disso, a autora elenca outros episódios de resistência ocorridos na época de ditadura no Brasil: os festivais musicais, em que o povo cantava de mãos dadas para demonstrar união em um momento delicado do país; as receitas de bolos, que eram publicadas em jornais para protestar contra a falta de liberdade na imprensa; e o trabalho verbal, muito utilizado pelos militantes para impedir que os censores compreendessem a comunicação entre os membros do grupo e prendessem quem fosse contrário à ideologia imposta pelo Estado.

Ao relacionar essa questão de resistência com o painel, alguns questionamentos vieram à tona: será que o painel poderia ser uma representação de resistência? Como, então, materializou-se no Brasil? Como ocorreu seu funcionamento na linguagem? O que estava em jogo no país? Se pode ser chamado de resistência, estamos falando de apenas um modo de resistência? E, ainda, quais seus efeitos de sentido colocados em jogo?

A partir desta abertura em relação às formas materiais que o discurso pode tomar, segundo aponta Orlandi (2007), é que nos autorizamos, no caso do painel realizado no dia internacional da mulher, a compreendê-lo como uma forma de resistência, dessa vez, não como os típicos gritos de guerra, canções, manifestações com cartazes ou com rostos pintados. Consideramos que se trata de outra materialidade do discurso, outra forma de significar a resistência, o barulho, não qualquer barulho, mas um barulho investido de sentido político, pelo fato de tentar calar os sentidos impostos, bem como confundir e denegrir o pronunciamento oficial do dia 8 de março de 2015.

A resistência, nesse caso, ocorre, uma vez que os argumentos do poder, aqueles que representam a ideologia da ordem vigente, os sentidos de autoridade, são questionados, rejeitados e refutados por outro discurso que contra-argumenta aquilo que está imposto, colocado, estipulado na sociedade. Além disso, por identificarmos também que a resistência se manifestou em uma materialidade que historicamente representava a luta, o confronto, a revolta. Afinal, como menciona Orlandi (2007), em contextos anteriores no Brasil, há casos em que esse tipo de materialidade discursiva adquiriu o sentido de resistência, sobretudo, na

época da ditadura militar, quando os manifestantes fizeram barulho para protestar contra um governo representado pelos militares:

[...] o ruído adquiriu um sentido de resistência: fazer barulho batendo panelas em uma hora aprazada (20 horas), num determinado dia, em todas as cidades do Brasil, foi uma manifestação contra o governo; c) não menos interessante é a manifestação que se chamou “Dia do Buzinaço”, contra um comandante militar, em Brasília: todos os carros buzinaaram e o comandante em questão avançou contra os manifestantes com seu majestoso cavalo. (ORLANDI, 2007, p. 118)

Em relação à manifestação do dia 8 de março de 2015, começamos, então, a acreditar que sim, que o barulho do panelaço do qual estamos tratando possa funcionar como um discurso de resistência contra os sentidos colocados em jogo no dia 8 de março de 2015, por esse tipo de manifestação representar uma contestação, uma revolta, uma luta em torno do poder e da palavra. Outro motivo é o fato de esse panelaço se estabelecer em um momento político em que tantos equívocos são possíveis para materializar a revolta, para tentar silenciar os sentidos postos, pois, após os inúmeros escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores, muitos sentidos foram recalcados, como “O PT é a mudança”, “O PT é a esperança”, enquanto outros foram movimentados, como “O PT não presta”, “Eles são iguais aos outros”, “Eles são corruptos”, ou seja, é um período histórico em que o que não era antes, o que não era possível, o que não estava aí, tornou-se possível, tornou-se um discurso, tornou-se uma possibilidade de justificar a revolta.

Orlandi (2007), ao tratar da interdição do dizer, ou seja, dessa tentativa de calar o sentido posto em jogo, conceitua o termo *política do silêncio*. Conforme a autora, a política do silêncio se refere à interdição do dizer, isto é, a *censura*, a repressão do que o sujeito pode ou não dizer em determinada situação discursiva, um mecanismo que impede que os sentidos sejam trabalhados pelo sujeito e pela história.

De acordo com a autora (2007, p. 104), a censura impede “que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como socialmente responsável, como autor”. Nessa perspectiva, a censura tem uma função de impor o limite, uma imposição entre o que o sujeito é autorizado ou não a dizer. Em outros termos, há um bloqueio discursivo que impede a produção de sentidos em determinadas situações discursivas. Com isso, o sujeito é impedido de trabalhar a sua identidade histórica, bem como elaborar a sua história de sentidos. A censura, então, é compreendida como o processo pelo qual se procura impedir que o sentido seja elaborado historicamente e ganhe força identitária, conforme aponta a autora:

Compreender a censura além da ideia de interdição redutora, ou seja, aquela que só vê a censura na relação do implícito (que não deve ser dito) quando na realidade a censura é um processo que não trabalha apenas a divisão entre dizer e não dizer mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua história de sentido [...] (ORLANDI, 2007, p. 168)

Essa censura, esse limitar do dizer, pode ter um efeito nocivo à linguagem. Orlandi (2007, p. 146) alega que “o dizer fica assim dominado pelo dizer que se omitiu e não permite estabelecer o lugar de sua reflexão, lugar que lhe daria especificidade e o abriria para novos percursos do sentido”. Para a autora, (2007, p. 146) qualquer tentativa de censurar “procura estancar o movimento social e histórico dos sentidos que produz os sujeitos em seus processos de identificação”. Em outros termos, os sentidos, em muitas situações discursivas, não são trabalhados socialmente e historicamente, eles estabilizam e não conseguem ganhar força no imaginário social, na construção da identidade do sujeito.

Para produzir essa política de silêncio, isto é, a censura, Orlandi (2007, p. 99) afirma que o sujeito discursivo recorre a um tipo de linguagem denominada *língua-de-espuma*: “uma língua “vazia”, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam.” Em outras palavras, é uma língua em que os sentidos não se expandem, em que há não desdobramentos, não há ressonâncias. Os sentidos perdem o fôlego, não vão longe e se calam. Orlandi (2007) menciona que esse tipo de linguagem era aquela utilizada pelos militares na época da ditadura:

Historicamente, a língua-de-espuma é aquela falada, por exemplo, pelos militares no período que começa em 1964 com a ditadura militar no Brasil. Mas, pelas suas características, podemos alargar essa noção abrangendo toda expressão totalitária nas sociedades ditas democráticas. A língua-de-espuma trabalha o poder de silenciar. (ORLANDI, 2007, p. 99)

Desse modo, o que ocorre em situações de censura, por meio do trabalho da língua-de-espuma, é inviabilidade de sentidos possíveis. Afinal, segundo a autora, língua-de-espuma funciona como um mecanismo de opressão, como uma forma de impossibilitar o dizer. Essa impossibilidade, posta pela censura e pela força da resistência dos sujeitos manifestantes, restringe certos ditos e desmoraliza, amolece e até inviabiliza o sujeito de produzir certos efeitos de sentido.

Conforme Orlandi (1999, p. 63), na censura se trata, portanto, de “[...] faltas - e não falhas -” que produzam, em determinados acontecimentos discursivos, possíveis furos, buracos na memória. A falta, portanto, diferente da falha, que é constitutiva da memória e pode apontar para outro sentido, é o que foi tirado do sentido, o que não pode mais significar. Em decorrência dessa falta, dessa interdição dos ditos, toda uma região de sentidos, toda uma

gama de possibilidades de ditos, não pode ser significada nos processos de produção de sentidos.

Contudo, no painelço, o que observamos não é essa política de silêncio contra o pronunciamento do dia 8 de março de 2015, uma tentativa de calar o que estava posto naquele momento, de silenciar os argumentos em questão, mas um *efeito de censura*, termo cunhado nesta dissertação, que significa uma forma de desqualificar, desmoralizar, enfraquecer, criticar, embaraçar o dizer que está imposto. Em outras palavras, o *efeito de censura* é uma prática da censura, uma representação desse modo de significar, mas que não consegue – por mais que persista - silenciar o dizer, somente produz um efeito dessa censura, uma agitação na produção de sentidos, um incômodo persistente e contínuo.

Nesta análise, compreendemos que, mesmo com a insistência dos manifestantes em baterem painéis e em tentarem calar o pronunciamento oficial da presidenta, essa tentativa não foi possível por algumas razões: primeiro, pelo fato de as redes sociais possibilitarem o acesso ao pronunciamento de Dilma Rousseff a qualquer hora, em qualquer lugar; segundo, por compreendermos que os sons emitidos pelas painéis não eram fortes o suficiente para calar e censurar os sentidos colocados ao público; por fim, por considerarmos, como aponta Orlandi (2007), que até em uma situação de silenciamento há a possibilidade de produção de sentidos:

O silêncio não é a ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (ORLANDI, 2007, p. 107)

No painelço, dessa forma, identificamos esse efeito de censura a partir das seguintes sequências discursivas:

Sd¹⁶: Votei na Dilma, mas me arrependi por conta desse escândalo. O PT, como partido mandatário, é o principal responsável por essa corrupção. É um mau exemplo para netos, filhos, para o Brasil inteiro.

Sd¹⁷: A presidente, como chefe de Estado, acaba sendo mais atingida pela indignação popular.

Sd¹⁸: Aqui temos uma população com senso crítico muito elevado, que tem acesso à cultura e boa educação. As pessoas têm muito conhecimento econômico, e o estudo faz com que sejam intolerantes, mesmo aos menores abusos de poder por parte dos governantes. É uma cidade muito engajada politicamente.

Nestas sequências discursivas, conseguimos verificar que há uma resistência contra a sigla “PT”, uma das razões para começar o barulho, que gerou uma perturbação, uma inquietação, além de ser uma forma de questionar os sentidos institucionalizados pelo partido no Brasil. Desse modo, conseguimos observar que os sujeitos manifestantes, afetados pela

memória e pela história recente do país, apropriaram-se do barulho como uma materialidade discursiva de resistência para produzir sentidos de oposição, de confrontação ideológica de sentidos, bem como uma forma de desqualificar os dizeres colocados em jogo naquele dia.

Essa desqualificação, produzida por um efeito de censura, ao ser constituída pelos sujeitos manifestantes, no dia internacional da mulher, possivelmente afetou, em maior ou menor grau, os sentidos colocados no pronunciamento oficial, do dia 8 de março de 2015. O que comprometeu, de certo modo, que tais sentidos pudessem ser trabalhados, metaforizados e ressignificados por milhões de brasileiros, mas nunca impossibilitados de circular, nunca censurados por completo, apenas inferiorizados, diminuídos, uma vez que, mesmo com o efeito de censura, foi possível ouvir o pronunciamento, seja pelas redes sociais, seja aumentando o volume da televisão ou até mesmo fechando a janela de casa.

Dessa forma, compreendemos que os sentidos do pronunciamento oficial, que abordava as medidas para melhorar a economia do Brasil e a homenagem às mulheres, foram perturbados e outros sentidos ganharam lugar no cenário nacional, como “O PT é corrupto”, “Eles fazem parte da Lava-jato”, “Eles são todos ladrões”, “Dilma é uma mentirosa”. Houve, assim, uma imposição discursiva, uma injunção ideológica sobre o pronunciamento. Desse modo, as palavras foram repreendidas em meio a tanto barulho, vaias e xingamentos.

Entretanto, essa resistência à presidenta, chamada por nós de *efeito de censura*, não significou o limite do dizer, mas produziu uma inquietação em muitos brasileiros, um alerta: alguns sentidos estavam sendo disputados, em outros termos, os sentidos colocados no pronunciamento oficial estavam sendo questionados por uma parte da população brasileira.

Contudo, como já salientamos neste capítulo, mesmo com o *efeito de censura*, os sentidos do pronunciamento da presidenta não desapareceram por completo, ficaram muitos vestígios, alguns traços do discurso em suspenso, muitas margens do dizer. Em nossa reflexão, embora houvesse uma tentativa de silenciar os sentidos, calá-los, eles continuaram significando de modo contínuo, absoluto.

Orlandi (2007, p. 47) afirma que, por mais forte que seja uma repressão, uma tentativa de calar, ainda assim há um espaço discursivo em que se multiplicam os sentidos: “quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam”. Com isso, devemos compreender que o efeito de censura não apagou por completo todos os sentidos possíveis, nem impossibilitou que pessoas continuassem apoiando o Partido dos Trabalhadores. O que ocorreu, portanto, foi um litígio em torno do discurso, uma disputa entre sentidos que tentavam resistir, por meio do barulho, da imposição, da agitação, e os sentidos que tentavam controlar o movimento de significação, por meio da força dos meios de

comunicação de massa. Assim, o *efeito de censura*, por mais violento que ele seja, por mais intenso que se apresente em situações discursivas, em situações de resistência, não significou o vazio dos sentidos, nem um vácuo de significações.

Em consequência disso, mesmo com toda a agitação colocada em jogo no dia 8 de março, milhões de brasileiros continuaram apoiando e escutando o que era dito naquela oportunidade, o que era argumentado. Com essa análise, compreendemos que, até em momentos de tentativa de silenciamento dos sentidos e dos processos de significação, há possibilidade de significar, de reagir, de fazer/produzir outros sentidos, de encontrar falhas para produzir outro discurso, como é possível analisar nas sequências discursivas abaixo²⁹:

Sd¹⁹: Aqui no Nordeste, nenhum panelaço. Acho que é porque não tem mais panela vazia por aqui.

Sd²⁰: A galera que tá batendo panela teve que ir no quartinho perguntar pra empregada onde tem panela.

Sd²¹: Tem circulado clipes eletrônicos sofisticados nas redes, o que indica a presença e o financiamento de partidos de oposição a essa mobilização. Mas foi um movimento restrito que não se ampliou como queriam seus organizadores.

A partir dessas sequências discursivas, recolhidas de *sites* e de páginas das redes sociais, observamos, portanto, que o efeito de censura não foi suficientemente repressivo para silenciar o pronunciamento do dia 8 de março de 2016, nem para calar aqueles que têm identificação com aquela fala, pois, por mais que houvesse a produção de interditos, os sentidos que tentavam censurar esse pronunciamento, não conseguiram esvaziar por completo os dizeres produzidos naquele momento.

Todavia, devemos esclarecer que essa manifestação barulhenta produziu efeitos que, em maior ou menor grau, interferiram nas palavras postas em jogo e ressignificaram esse dizer. Assim, o dia internacional da mulher, data que era marcada para ter um efeito de sentido festivo, foi atravessado pela luta e pela resistência em torno da palavra. Esse efeito de censura, materializado sob a forma de barulho, por mais forte que seja, por mais impositivo que se manifeste em determinadas situações discursivas, sempre deixa fissuras, falhas e rupturas que permitem outras significações, outras possibilidades significativas, pois, como vimos no episódio do panelaço, ele não conseguiu impedir que os sentidos parassem de circular no Brasil.

²⁹ Disponível em: <<http://minaslivre.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=3158#.V7SxSVsrLIV>>
Acesso em: 17 mar. 2016

8 PANELAÇO: UM BARULHO QUE NÃO PARA DE ECOAR

Orlandi (2005, p. 20), em sua obra *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*, menciona que “As simples palavras do nosso cotidiano já chegam até nos carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós”. Com essas palavras, a autora afirma que o dizer sempre chega até o sujeito cheio de sentidos, de significações, ou seja, há sempre uma memória no discurso. É essa memória, chamada pela autora de interdiscurso, que permite ao sujeito produzir seu dizer. É o interdiscurso, desse modo, que possibilita compreender o funcionamento do discurso, da sua relação com o sujeito e com a ideologia.

Neste estudo, procuramos investigar o panelaço no Brasil por esse ponto de vista, isto é, na tentativa de mostrar as relações discursivas que existem com outros panelaços, principalmente na Argentina e no Chile, uma vez que, segundo Orlandi (2005) o que é dito em outro lugar também significa em nossas palavras. A partir dessa perspectiva, podemos constatar alguns pontos sobre a manifestação do dia 8 de março de 2015, sobretudo que esse panelaço retomou dizeres de panelaços anteriores, como as contradições ideológicas que existem entre aqueles que batem panelas e aqueles que defendem as medidas do governo, além da constante *diabolização* dos partidos considerados “comunistas” e o uso do barulho não como um ruído, como é abordado nas Teorias da Comunicação, mas como um discurso de resistência, um som produzido de forma proposital para gerar um embate de sentidos.

Em outro modo de dizer, houve uma paráfrase discursiva em relação à Marcha das Panelas Vazias, ocorrida no Chile, e ao Movimento 8N, registrada na Argentina, que serviram de base para a constituição do dizer do panelaço no Brasil e foram retomados pelos sujeitos manifestantes em outras condições de produção.

Desse modo, conseguimos observar, sobretudo, que as lutas ideológicas e a refutação dos partidos de esquerda foram marcadas nos discursos dos manifestantes do Brasil, devido às retomadas do barulho como uma forma de resistência às ideologias de esquerda e ao modo como esses partidos administram o Estado. Portanto, as relações de poder retornam e tornam-se a base para a constituição discursiva para este novo panelaço no Brasil, reconfigurando-o.

No entanto, não foram apenas retomadas que observamos em nossa pesquisa, pois, como comenta Orlandi (2007, p. 129), “os processos de significação não estacionam” e o sentido migra (e se desloca) para qualquer outro objeto simbólico possível. A partir dessas afirmações da autora, podemos entender que sentidos nunca param, uma vez que estão sendo

interpretados e re-interpretados, isto é, existe um movimento infinito de produção e de reprodução dos processos de significações.

Nessa perspectiva, entendemos que o panelaço também aponta para outros sentidos, pois os sujeitos manifestantes do dia 8 de março de 2015 protestam de outro lugar e em outro momento histórico, ou seja, eles foram atravessados por outras condições de produção, e isso interferiu na produção dos seus dizeres. Por isso, neste estudo sobre o panelaço, compreendemos que houve retorno aos mesmos espaços discursivos, sobretudo por haver uma relação de luta ideológica e jogos de interesses políticos, mas também constatamos que houve movência de sentidos. Isso porque, no Brasil, vivenciamos uma realidade política, social e econômica diferente daquela do Chile de Allende e da Argentina de Cristina. Com isso, outros sentidos foram sendo instaurados em nossa sociedade e constituíram novos processos de significação nos sujeitos manifestantes.

Com essa movência de sentidos, conseguimos observar alguns pontos sobre essa manifestação. No Brasil, o panelaço produziu um *efeito de censura*, pois foi constituído durante o pronunciamento oficial de Dilma Rousseff, em uma tentativa de silenciar os dizeres desse fala e, de certa forma, “ensurdecer” as pessoas que a ouviam. Ou seja, o barulho das panelas não representava a falta de comida no prato, como aconteceu no Chile, ou falta de liberdade de imprensa, como na Argentina, mas se buscava, com esse som, calar e censurar o aquilo que estava sendo dito. Era, portanto, uma tentativa de resistir ao pronunciamento, uma forma de calar o que era posto.

Com essas observações, entendemos que ocorreu um efeito polissêmico no discurso dos sujeitos manifestantes, uma vez que, na polissemia, conforme Orlandi (2005, p. 36), o que temos é o deslocamento, a “ruptura dos processos de significação”. A polissemia, na visão da autora, joga com o equívoco, fazendo intervir o diferente e produzindo movimentos de deslocamentos das regras.

Pudemos observar, assim, que outros sentidos e processos de significação foram produzidos durante essa manifestação do dia 8 de março de 2015. Sentidos que, ao longo dos anos, ganharam força e estão sendo atualizados e ressignificados no Brasil, pois, como é possível acompanhar nas redes sociais e nos veículos de comunicação, o país passa por um momento conturbado e esses sentidos buscam, de certo modo, mudar essa situação. Nessa perspectiva, vale finalizar esta dissertação com a seguinte consideração: os sentidos não param e nem vão parar enquanto a resistência continuar se manifestando, seja por mudanças, seja por poder.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação e polifonia: a propaganda da Petrobras**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. **Legados de Michel Pêcheux**. In PIOVEZANI C., SARGENTINI V. (Org.). São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

FIUZA, Guilherme. **Não é mamãe: para entender a Era Dilma**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOMES, Pedro G. **Tópicos de Teoria da Comunicação**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.

HOLENSTEIN, E. **Introdução ao pensamento de Roman Jakobson**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

INDURSKY, Freda. Lula Lá: estrutura e acontecimento. In: ORGANON. Revista do Instituto de Letras da UFRS, Porto Alegre, Número 35, 2003, p. 101-121.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1960.

KADOTA, Neiva Pitta. **A construção da linguagem: Introdução à Linguística Semiótica, Comunicação**. São Paulo: Wisdom Books, 2004.

LANATA, Jorge. **A década roubada: tradução Adriana Marcolini, Eduardo de Sklarz, Simone Mateos**. São Paulo; Planeta, 2014.

FERREIRA, L. Maria Cristina. **Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**, Porto Alegre, v. 24, n. 48. 2010.

_____. L. M. Cristina. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo In: INDURSKY, Freda; LEANDRO, FERREIRA. M. Cristina (org.) **Michel Pêcheux & Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.

LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava-jato**. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

MEUNIER Jean-Pierre, PERAYA Daniel. **Introdução às teorias da comunicação**. São Paulo: Vozes, 2008.

NEGRI, Marina Aparecida Espinosa. **Contribuições da língua portuguesa para a redação publicitária**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio: No movimento dos Sentidos**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007.

_____. **Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2014.

_____. **Discurso e leitura**. 6. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____.et. al. **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3 ed. São Paulo: Pontes editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. (1982) Delimitações, inversões e deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. **Caderno de Estudos Linguísticos 19 – O discurso e suas análises**. ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. (org.). Campinas, 1990, p. 7-24.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2006.

_____. **Semântica e discurso**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et AL. 5. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2014.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial**. Campinas: Ed. Alínea, 2002.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à Teoria da Comunicação**: problemas, correntes e autores. 2. ed. São Paulo: Edicon, 2004.

SILVA, Fábio Alves da. **Inflação, juros e crescimento no Governo Dilma**: a nova matriz econômica brasileira no mundo pós-crise. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

VILLA, Marco Antonio. **Um país partido (2014)**: a eleição mais suja da história. São Paulo: Leya, 2014.

_____. **Mensalão**: o julgamento do maior caso de corrupção da história política brasileira. São Paulo: Leya, 2012.

WIN, Peter. **Revolução Chilena**. São Paulo: Unesp, 2010.

LISTA DE NOTÍCIAS

40 anos do golpe no Chile – Fidel Castro: amigo ou muy amigo de Salvador Allende.

Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/fidel-castro-amigo-ou-muy-amigo-de-allende/>> Acesso em: 29 ago. 2015.

Argentinos fazem panelaço contra Cristina Kirchner. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/mundo/argentinos-fazem-panelaco-contra-cristina-kirchner-6089202>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Barulho em Brasília: caminhoneiros prometem buzinaço hoje na praça dos 3 poderes.

Disponível em: <<http://site.jornalregional.com.br/index2.php?option=noticia&value=3318>>. Acesso em: 29 ago. 2015..

Cacerolazos que ganharam o mundo têm raízes na direita do Chile pré-Pinochet.

Disponível em: <<http://ihmundo.blogspot.com.br/2015/03/a-historia-dos-cacerolazos.html>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Crise econômica de 2015. Disponível em: <<http://www.empreendedoresweb.com.br/crise-economica-de-2015/>> Acesso em: 29 ago. 2015.

Contra Beto Richa, servidores fazem barulho na posse da ACIC. Disponível em:

<<http://laislainy.com/cascavel/contra-beto-richa-servidores-fazem-barulho-na-posse-da-acic/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Em meio a panelaço, Dilma pede união de brasileiros e evita falar de operação lava jato.

Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-meio-a-panelaco-dilma-pede-uniao-dos-brasileiros-e-evita-falar-da-lava-jato-03ej24nb467qsgttmptkea5yp>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Em discurso do Dia da Mulher, Dilma defende medidas para ajuste fiscal. Disponível

em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/03/em-discurso-em-rede-dilma-defende-medidas-para-ajuste-fiscal-5319.html>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Entenda a operação lava jato da polícia federal. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Frigideira-power: Chilenos criaram o panelaço e os argentinos o tornaram mundialmente famoso. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/frigideira-power-chilenos-criaram-o-panelaco-e-os-argentinos-o-tornaram-mundialmente-famoso/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

Lava-jato: os políticos investigados: Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/lava-jato-os-politicos-investigados-1275.html>>. Acesso em: 06 out. 2015.

Manifestação das panelas surpreende e reacende polarização no país. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425912098_442390.html> Acesso em: 06 out. 2015.

O painelço foi um alarme aos problemas. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-panelaco-foi-um-alarme-dos-problemas,1659892>> Acesso em 08/8/2015.

Operação lava jato começou em posto de gasolina. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/07/operacao-lava-jato-comecou-em-posto-de-gasolina-de-brasilia.html>>. Acesso em 02/08/2015.

O que houve com a economia brasileira? Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1943>> Acesso em 14/08/2015.

Panelço e gritos fora Dilma durante a fala da presidente na TV. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,panelaco-e-gritos-de-fora-dilma-durante-fala-da-presidente-na-tv-veja-videos,1646870>> Acesso em: 06 out. 2015.

Panelços que marcaram a história da política pelo mundo. Disponível em: <<http://cmais.com.br/jornalismo/politica/panelacos-que-marcaram-a-historia-da-politica-pelo-mundo>>. Acesso em: 06 out. 2015.

Panelço reúne milhares contra governo argentino e revela divisão do país. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121109_argentina_panelaco_dg.shtml> Acesso em: 06 out. 2015.

Pessoas protestam durante o pronunciamento de Dilma. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>>. Acesso em 26 fev. 2015.

Professores fazem barulho com apitos em manhã quente na Câmara Municipal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JornalDiarioDigital/posts/1065350836825915>>. Acesso em 30 nov. 2015.

Professores protestam e fazem barulho: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LP8V5Wn36po>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff marca o Dia Internacional da Mulher:
Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/spmulheres/mulheres-em-pauta/noticia/boletim-mulheres-em-pauta-ano-viii-no-75/pronunciamento-da-presidenta-dilma-rousseff-marca-o-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em: 26 set. 2015.

DADOS DO CORPUS

ALEGRÍA, Fernando. **Salvador Allende**. Brasília. Editora Brasiliense, 1983.

Epicentro do Panelaço, Águas Claras é reduto de oposição desde as eleições. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/03/10/internas_polbraeco,474737/presidente-perdeu-em-aguas-claras.shtml> Acesso em: 29 mar. 2016.

Panelaço na Argentina. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121109_argentina_panelaco_dg.shtml> Acesso em 02 fev. 2015.

Panelaço: um legado da elite chilena. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,panelacos-um-legado-da-elite-chilena,1659890>> Acesso em: 02 set. 2015.

Panelaço contra Dilma é alvo de crítica e piada na internet. Disponível em: <<http://minaslivre.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=3158#.VvHyjtIrLIU>> Acesso em 02 fev. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Pronunciamento Oficial de Dilma Rousseff

"Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras. Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais- é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive. Mas todos sabemos que há um longo caminho entre sentir e entender plenamente. É preciso, sempre, compartilharmos nossa visão dos fatos. Os noticiários são úteis, mas nem sempre são suficientes. Muitas vezes até nos confundem mais do que nos esclarecem. As conversas em casa, e no trabalho, também precisam ser completadas por dados que nem sempre estão ao alcance de todas e de todos. Por isso, eu peço que você - e sua família - me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos. E a renovar a fé e a esperança no Brasil! É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família. Vamos começar pelo mais importante: o Brasil passa por um momento diferente do que vivemos nos últimos anos. Mas nem de longe está vivendo uma crise nas dimensões que dizem alguns. Passamos por problemas conjunturais, mas nossos fundamentos continuam sólido. Muito diferente daquelas crises do passado que quebravam e paralisavam o país. Nosso povo está protegido naquilo que é mais importante: sua capacidade de produzir, ganhar sua renda e de proteger sua família. As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro. A questão central é a seguinte: estamos na segunda etapa do combate à mais grave crise internacional desde a grande depressão de 1929. E, nesta segunda etapa, estamos tendo que usar armas diferentes e mais duras daquelas que usamos no primeiro momento. Como o mundo mudou, o Brasil mudou e as circunstâncias mudaram, tivemos, também, de mudar a forma de enfrentar os problemas. As circunstâncias mudaram porque além de certos problemas terem se agravado - no Brasil e em grande parte do mundo -, há ainda a coincidência de estarmos enfrentando a maior seca da nossa história, no Sudeste e no Nordeste. Entre muitos efeitos graves, esta seca tem trazido aumentos temporários no custo da energia e de alguns alimentos. Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar.

Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento. Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país - e uma delas é você! Queremos e sabemos como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos. Como sempre, protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis.

Temos compromissos profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos. Minhas amigas e meus amigos, a crise afetou severamente grandes economias, como os Estados Unidos, a União Européia e o Japão. Até mesmo a China, a economia mais dinâmica do planeta, reduziu seu crescimento à metade de suas médias históricas recentes. Alguns países estão conseguindo se recuperar mais cedo. O Brasil, que foi um dos países que melhor reagiu em um primeiro momento, está agora implantando as bases para enfrentar a crise e dar um novo salto no seu desenvolvimento. Nos seis primeiros anos da crise, crescemos 19,9%, enquanto a economia dos países da zona do Euro, caiu 1,7%. Pela primeira vez na história, o Brasil ao enfrentar uma crise econômica internacional não sofreu uma quebra financeira e cambial.

O mais importante: enquanto nos outros países havia demissões em massa, nós aqui preservamos e aumentamos o emprego e o salário. Se conseguimos essas vitórias antes, temos tudo para conseguir novas vitórias outra vez. Inclusive, porque decidimos, corajosamente, mudar de método e buscar soluções mais adequadas ao atual momento. Mesmo que isso signifique alguns sacrifícios temporários para todos e críticas injustas e desmesuradas ao governo. Na tentativa correta de defender a população, o governo absorveu, até o ano passado, todos os efeitos negativos da crise. Ou seja: usou o seu orçamento para proteger integralmente o crescimento, o emprego e a renda das pessoas. Realizamos elevadas reduções de impostos para estimular a economia e garantir empregos. Ampliamos os investimentos públicos para dinamizar setores econômicos estratégicos. Mas não havia como prever que a crise internacional duraria tanto. E, ainda por cima, seria acompanhada de uma grave crise climática. Absorvemos a carga negativa até onde podíamos e agora temos que dividir parte deste esforço com todos os setores da sociedade. É por isso que estamos fazendo correções e ajustes na economia. Não é a primeira vez que o Brasil passa por isso. Em 2003, no início do governo Lula, tivemos que tomar medidas corretivas. Depois tudo se normalizou e o Brasil cresceu como poucas vezes na história.

São medidas para sanear as nossas contas e, assim, dar continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda, de modo mais seguro, mais rápido e mais sustentável. Você que é dona de casa ou pai de família sabe disso. As vezes temos de controlar mais os gastos para evitar que o nosso orçamento saia do controle. Para garantir melhor nosso futuro. Isso faz parte do dia a dia das famílias e das empresas. E de países também. Mas estamos fazendo de forma realista e da maneira mais justa, transparente e equilibrada possível. As medidas estão sendo aplicadas de forma que as pessoas, as empresas e a economia as suportem. Como é preciso ter equidade, cada um tem que fazer a sua parte. Mas de acordo com as suas condições. Foi por isso, que começamos cortando os gastos do governo, sem afetar fortemente os investimentos prioritários e os programas sociais.

Revisamos certas distorções em alguns benefícios, preservando os direitos sagrados dos trabalhadores. E estamos implantando medidas que reduzem, parcialmente, os subsídios no crédito e também as desonerações nos impostos, dentro de limites suportáveis pelo setor produtivo. Estamos fazendo tudo com equilíbrio, de forma que tenhamos o máximo possível de correção com o mínimo possível de sacrifício. Este processo vai durar o tempo que for necessário para reequilibrar a nossa economia. Como temos fundamentos sólidos e as dificuldades são conjunturais, esperamos uma primeira reação já no final do segundo semestre deste ano. Mais importante, no entanto, do que a duração destas medidas será a longa duração dos seus resultados e dos seus benefícios. Que devem ser perenes no combate à inflação e na garantia do emprego. Que devem ser permanentes na melhoria da saúde, da educação e da segurança pública. As medidas serão suportáveis porque além de sermos um governo que se preocupa com a população, temos hoje um povo mais forte do que nunca.

O Brasil tem hoje mais qualificação profissional, mais infraestrutura, mais oportunidades de estudar e mais empreendedores. Somos a 7ª economia do mundo. Temos US\$ 371 bilhões de reservas internacionais. 36 milhões de pessoas saíram da miséria e 44 milhões foram para a classe média. Quase 10 milhões de brasileiras e brasileiros são hoje micro e pequenos empreendedores. E continuamos com os melhores níveis de emprego e salário da nossa história. Minhas amigas e meus amigos, O que tenho de mais importante a garantir, hoje, vou resumir agora. Primeiro: o esforço fiscal não é um fim em si mesmo. É apenas a travessia para um tempo melhor, que vai chegar rápido e de forma ainda mais duradoura. Segundo: não vamos trair nossos compromissos com os trabalhadores e com a classe média, nem deixar que desapareçam suas conquistas e seus direitos. Terceiro: não estamos tomando estas medidas para voltarmos a ser iguais ao que já fomos. Mas, sim, para sermos muito melhores.

Quarto: durante o tempo que elas durarem, o país não vai parar. Ao contrário, vamos continuar trabalhando, produzindo, investindo e melhorando. As coisas vão continuar acontecendo. Junto com as novas medidas estamos mantendo e melhorando os nossos programas. Entregando grandes obras. Nossas rodovias e ferrovias, nossos portos e aeroportos continuarão sendo melhorados e ampliados. Para isso, vamos fazer, ainda este ano, novas concessões e firmar novas parcerias com o setor privado. Incluímos - e vamos continuar incluindo - milhões e milhões de brasileiros. Mas agora a inclusão tem que se dar, sobretudo, pelo acesso a melhores oportunidades e a serviços públicos de maior qualidade. Este esforço tem que ser visto como mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil. Esta construção não é só física, mas também espiritual. De fortalecimento moral e ético. Com coragem e até sofrimento, o Brasil tem aprendido a praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos. É isso, por exemplo, que vem acontecendo na apuração ampla, livre e rigorosa nos episódios lamentáveis contra a Petrobras. Minhas amigas mulheres homenageadas neste dia: por último, quero anunciar um novo passo no fortalecimento da justiça, em favor de nós, mulheres brasileiras. Vou sancionar, amanhã, a Lei do Femicídio que transforma em crime hediondo, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira. Brasileiros e brasileiras, é assim, com medidas concretas e corajosas, em todas as áreas, que vamos, juntos, melhorar o Brasil. É uma tarefa conjunta de toda a sociedade, mulheres e homens. Tenho certeza que contará com a participação decisiva do Congresso Nacional, que sempre cumpriu com seu papel histórico nos momentos em que o Brasil precisou. Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las. Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas. Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes. O Brasil é maior do que tudo isso e já mostrou muitas vezes ao mundo como fazer melhor e diferente. Mais que nunca é hora de acreditar em nosso futuro. De sonhar. De ter fé e esperança. Viva a mulher brasileira! Viva o povo brasileiro. Viva o Brasil! Obrigada e boa noite.”